

2014

# Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Relatório de Avaliação da Metodologia.



Secretaria  
Nacional de Justiça

Ministério da  
Justiça



Consultora: **Graziella do Ô Rocha**

Entidade: Ministério da Justiça - SNJ

Número e Título do Projeto: BRA/11/X63 - Suporte à Secretaria Nacional de Justiça para o aprimoramento da implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

**Produto 07: Relatório dos trabalhos e encaminhamentos do Comitê Nacional, incluindo avaliação da efetividade da metodologia, com lições aprendidas e recomendações para aperfeiçoamento do mecanismo de diálogo social.**

Local e data: Brasília-DF, 09 de março de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Graziella do Ô Rocha", is located in the bottom right corner of the page.

# SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	4
APRESENTAÇÃO.....	5
1- PROCESSO DE COMPOSIÇÃO.....	12
1.1- Formação institucional do CONATRAP:.....	12
1.2-Método para a indicação e seleção dos representantes:.....	13
1.2.1- Governo Federal.....	13
1.2.2- Colegiados Nacionais .....	14
1.2.3- Rede de Núcleos e Postos.....	15
1.2.4- Entidades da sociedade civil, institutos de pesquisa e representantes de Comitês Estaduais e Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.....	16
1.3-Avaliação dos conselheiros da efetividade do método da composição do CONATRAP:.....	27
1.3.1-Avaliação da composição por segmento representado: .....	27
1.3.2- Avaliação Global do método para a indicação dos membros.....	28
1.3.4- Sugestões dos conselheiros para o aprimoramento do processo. ....	28
2-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA .....	31
2.1- Organograma da Estrutura Administrativa.....	31
2.2- Plenário: .....	31
2.3- Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho: .....	32
2.2- Avaliação dos conselheiros sobre a estrutura organizacional e administrativa .....	33
2.2.1- Resultado Global da avaliação da Estrutura Administrativa.....	34
2.2.2- Recomendações dos membros para aperfeiçoamento da Estrutura Administrativa:.....	34
3- DEBATES E ENCAMINHAMENTOS DA METODOLOGIA PROPOSTA .....	36
3.1- Pauta da I Reunião Ordinária CONATRAP: .....	36
3.2- Facilitações realizadas para o debate e encaminhamentos da metodologia Proposta:.....	37
3.2.1- Apresentação da estrutura metodológica (Painel 07):.....	37
3.2.2- Apresentação da Proposta de Estrutura Organizacional e Administrativa composta por Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho (Painel 07): .....	38

3.2.3-Proposta de realização de Contrato simbólico (Painel 07).....	38
3.2.4- Exercício de Harmonização de Expectativas (Painel 08):.....	40
3.2.5- Oficina de Elaboração do Planejamento Estratégico (Painel 09).....	42
3.2.6- Resultado do Planejamento Estratégico (Painel 09).....	44
3.3.- Avaliação dos conselheiros do conteúdo das facilitaões da I Reunião Ordinária da CONATRAP	48
3.3.2- Avaliação Global do Conteúdo da I Reunião Ordinária do CONATRAP.....	50
3.3.3- Recomendações dos conselheiros para aperfeiçoamento da estrutura organizacional:.....	50
4-PERFIL DOS (AS) CONSELHEIROS (AS) .....	52
4.1- Sexo .....	53
4.2- Cor/Raça.....	53
4.3- Escolaridade .....	54
4.4- Faixa Etária .....	55
4.5- Renda Familiar Média .....	55
4.6- Experiência com a Participação Social .....	56
4.7- Tempo Médio de Participação Social.....	57
4.8- Interesses Defendidos no CONATRAP.....	58
5- CONSIDERAÇÕES GERAIS E LIÇÕES APRENDIDAS.....	61
ANEXOS .....	70



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASBRAD- Associação Brasileira de Defesa da mulher, da Infância e da Juventude.

ASTRAL-GO- Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás.

CONAPIR- Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial.

CONATRAE- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

CONATRAP- Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

DEJUS- Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação.

ETP- Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

GTs- Grupos de Trabalho.

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MJ- Ministério da Justiça.

MS- Ministério da Saúde

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

MTUR- Ministério do Turismo

NETP/PE- Núcleo de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Pernambuco

NETPs- Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

OEA- Organização dos Estados Americanos.

PAAHMs- Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.

SDH- Secretaria de Direitos Humanos.

SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SNJ- Secretaria Nacional de Justiça.

SODIREITOS- Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais e Migratórios na Amazônia.

SPM – Secretaria de Política para as Mulheres.

UNODC- Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime.

## APRESENTAÇÃO

Este relatório contém os resultados dos trabalhos e encaminhamentos do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), incluindo avaliação da efetividade da metodologia realizada no processo de indicação e eleição dos seus membros; da formulação da estrutura organizacional e dos resultados da dinâmica adotada para os debates sobre a metodologia realizados na I Reunião Ordinária do CONATRAP.

A instituição do II Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas marcou um novo momento no desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, um grande desafio posto nessa nova fase está na criação e implementação do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP): uma instância nacional de participação e controle social, vinculada ao Ministério da Justiça, que tem a missão institucional de aprimorar a experiência sobre o tema, qualificar o processo de tomada de decisões e apoiar o fortalecimento da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Assim, em 2013, houve a instituição formal do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), pelo Decreto nº 7.901 de 04 de fevereiro de 2013, e, em de janeiro de 2014, a posse de seus membros e sua I Reunião ordinária, ocorrida nos dias 30 e 31, do mesmo mês, em Brasília-DF, iniciando as suas atividades.

Com o objetivo de proporcionar suporte à Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) para o desenho da estrutura metodológica do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no ano de 2013, foi contratada uma consultoria que trabalhou na produção de uma arquitetura para o seu funcionamento, dividida em 07 (sete) produtos complementares entre si:



**Produto 01: Desenho da metodologia para indicação dos representantes para o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:**

**Produto 02: Desenho da metodologia para o funcionamento do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a partir do diálogo com os atores sociais relevantes e interessados no Comitê, incluindo a previsão de existência de Grupos de Trabalho.**

**Produto 03: Relatório do processo de facilitação e registro das discussões e dos encaminhamentos acordados no CONATRAP sobre a metodologia de funcionamento proposta.**

**Produto 04: Minuta de regimento interno do CONATRAP, desenhada conforme a metodologia validada, as atribuições previstas no Decreto de sua criação e o diálogo realizado com os representantes do Comitê.**

**Produto 05: Registro do planejamento estratégico do CONATRAP — primeiro mandato, e relatório do processo de facilitação e registro das discussões e dos encaminhamentos acordados sobre o tema.**

**Produto 06: Desenho do Guia do Membro do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: documento orientador sobre o papel e atribuições dos membros dos comitês e a relevância destes espaços, nos três níveis de governo.**

**Produto 07: Relatório dos trabalhos e encaminhamentos do Comitê Nacional, incluindo avaliação da efetividade da metodologia, com lições aprendidas e recomendações para aperfeiçoamento do mecanismo de diálogo social.**

Este relatório refere-se ao Produto 07 da consultoria supra-apresentada. Trata-se do último produto do projeto, com a avaliação da consultoria e dos membros do CONATRAP do desenho da metodologia. Sua elaboração contou com a realização de uma pesquisa estruturada, desenvolvida por meio da aplicação de um questionário de avaliação da percepção dos membros do CONATRAP sobre a arquitetura proposta. O questionário foi estruturado nos seguintes eixos:

- I- perfil socioeconômico e participativo;
- II- percepções dos membros da estrutura organizacional e administrativa (número de reuniões propostas por ano; número total de membros;

Diversidade de setores representados; Divisão das Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho);

- III- percepções sobre o processo de indicação e eleição dos membros de cada segmento representado (Governo Federal; Colegiados Nacionais; Rede de Núcleos e Postos; Comitês Estaduais e do DF; ONGs e Institutos de Pesquisa);
- IV- percepções quanto ao conteúdo da I Reunião Ordinária (pauta; conteúdo das palestras; Apresentação da estrutura de funcionamento CONATRAP; dinâmica adotada para harmonização de expectativas entre os membros; dinâmica adotada para a produção do Planejamento Estratégico, resultado do Planejamento Estratégico).

Os questionários foram enviados por *e-mail* para os membros titulares ou em exercício da titularidade presentes na I reunião do CONATRAP, após a realização da reunião. É o seguinte status de resposta dos questionários:

Entidade/Organização	Membros		Status
Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça	Titular	Paulo Abrão Pires Júnior	
	Suplente	Fernanda Alves dos Anjos	ok
Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça	Titular	Beatriz Cruz da Silva	Não
	Suplente	Kátia Valeria Seglia	
Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça	Titular	Tatiane da Costa Almeida	Não
	Suplente	Alexandre Alves Galvão	
Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça	Titular	Fabício Silva Rosa	ok
	Suplente	Waldo José Caram Rohfls	
Secretaria de Políticas para as	Titular	Aline Yamamoto	ok



Mulheres da Presidência da República	Suplente	Eden Clabuchar Martingo	
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Titular	Bruno Renato Teixeira	Faltou a reunião
	Suplente	Francisco George de Lima Beserra	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Titular	Rodrigo Morais Lima Delgado	ok
	Suplente	Paloma Morais Correa	
Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás - ASTRAL - GO	Titular	Roberta Fernandes de Souza	ok
	Suplente	Cristiany Beatriz Santos	
Davida - Prostituição Direitos Civis Saúde	Titular	Maria Aparecida Menezes Vieira	ok
	Suplente	Thaddeus Gregory Blanchette	
.Instituto Aliança com o Adolescente	Titular	Maria das Graças Sé Gadelha	ok
	Suplente	Fernando Luz Carvalho	
.Projeto Trama - Organização de Direitos Humanos Projeto Legal	Titular	Michelle Gualdi	ok
	Suplente	Carlos Nicodemos	
.Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	Titular	Estela Márcia Rondina Scandola	ok
	Suplente	Neusa Freira Dias	
.Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia - SODIREITOS	Titular	Marcel Theodoor Hazeu	ok
	Suplente	Josenilda Santos Silva	
.Universidade Tiradentes - UNIT	Titular	Waldimeiry Corrêa da Silva	ok
	Suplente	Maria Ione Vasconcelos Menezes	
.Conselho Nacional de Assistência Social	Titular	Nilsia dos Santos	ok
	Suplente	Thiago Ferreira Cabral	

.Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Titular	Glícia Thaís Salmeron de Miranda	Faltou a reunião
	Suplente	Andrea Franzini	
.Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Titular	Maria das Dores do Rosário Almeida	ok
	Suplente	Maria das Graças de Figueiredo Costa	
.Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo	Titular	José Armando Fraga Diniz Guerra	ok
	Suplente	Alexandre Rodrigo Teixeira da Cunha Lyra	
.Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Titular	Eliane da Silva Souza	ok
	Suplente		
.Conselho Nacional de Imigração	Titular	Paulo Sérgio de Almeida	
	Suplente	Rinaldo Gonçalves de Almeida	ok
.Conselho Nacional de Saúde	Titular	Veronica Lourenço da Silva	não
	Suplente	Fernanda Lou Sans Magano	
.Conselho Nacional de Segurança Pública	Titular	Pedro Paulo Gastalho de Bicalho	ok
	Suplente	Massimiliano Russo	
.Conselho Nacional de Turismo	Titular	Adelino Silva Neto	ok
	Suplente	Lídia Silva Nunes Azevedo	
.Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Titular	Maria Guilhermina da Cunha Salasario	ok
	Suplente	Cristiano José Venceslau - Cris Stefanny	

.Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante	Titular	Juliana Felicidade Armede	ok
	1º. Suplente	Augusto Eduardo Moreira Valentim	
	2º. Suplente	Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza	
.Comitês Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Associação Brasileira de Defesa Da Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD	Titular	Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo	ok
	Suplente	Elaine Aparecida Godoy de Oliveira	

Total: 22 conselheiros responderam ao questionário.

Os dados referentes às questões fechadas foram tabulados, agrupados e estão representados graficamente neste relatório. Os dados gerados com as perguntas abertas estão apresentados *ipisi verbis*, conforme colocações dos entrevistados.

O relatório está dividido em 05 capítulos: I- Processo Eleitoral; II- Estrutura Administrativa; III- I Reunião Ordinária; IV- Perfil dos membros; e V- Considerações Gerais e Lições Aprendidas.

O primeiro capítulo demonstra a avaliação da metodologia adotada no processo de composição do CONATRAP. Para a contextualização do processo adotado, a primeira parte da seção aponta o método adotado para a indicação e eleição dos seus conselheiros, nas diversas categorias representativas. Na sequência, demonstram-se os resultados da pesquisa realizada junto aos integrantes do CONATRAP sobre as suas percepções do modelo adotado. A seção encerra-se com um conjunto de recomendações apresentadas pelos conselheiros para o aperfeiçoamento do método para futuras composições;

O segundo capítulo apresenta a avaliação da estrutura administrativa e organizacional adotada pelo CONATRAP. A primeira parte contém a descrição do modelo adotado para a dinâmica de atuação do CONATRAP, com a demonstração

gráfica da avaliação dos membros da estrutura administrativa e a segunda a avaliação das percepções dos conselheiros para o aperfeiçoamento dessa dinâmica do modelo de diálogo social produzido no CONATRAP.

O terceiro capítulo retoma os momentos da I Reunião Ordinária do CONATRAP, em que foram deliberadas questões relevantes à sua metodologia de funcionamento. Na primeira parte descreve-se a pauta da reunião.

As seções seguintes apresentam descrições dos processos de facilitações realizados com destaque para os encaminhamentos e acordos realizados pelo Plenário. Inicialmente descreve-se a abordagem realizada para a explicação do método adotado para o processo de eleição e indicação dos conselheiros, com a apresentação dos *slides* utilizados na atividade. Em seguida relata-se a atividade de apresentação da estrutura administrativa em que foi acordada adoção de um modelo com Grupos de Trabalho e Comissões Permanentes. A quarta parte do capítulo descreve a dinâmica proposta para a adoção de um contrato de grupo para a harmonização das condutas e compromissos acordados naquele espaço. Esse contrato simbólico não teve adesão pelo grupo e a atividade foi incorporada na I Reunião como um conjunto de recomendações. A quinta parte descreve o exercício realizado para a harmonização de expectativas dos conselheiros, onde foi possível dialogar sobre os limites e potencialidades desse espaço. A sexta parte do capítulo apresenta a descrição da metodologia adotada para a elaboração da oficina de planejamento estratégico e em seguida o resultado alcançado na atividade. O capítulo encerra-se com a demonstração gráfica da avaliação dos conselheiros sobre cada uma das atividades supramencionadas e com o conjunto de recomendações para o aprimoramento desse processo e das futuras reuniões do CONATRAP.

O quarto capítulo contém a descrição do perfil socioeconômico e de participação social autodeclarados pelos membros do CONATRAP, com a identificação dos interesses representados nessa instância nacional. A realização desta avaliação foi feita com o objetivo de contribuir para o reconhecimento do perfil dos membros e para produzir insumos para se pensar futuros processos de



composição que abarquem sujeitos que não estão contemplados nesse primeiro arranjo institucional do CONATRAP.

Os resultados da pesquisa realizada serão apresentados ao Plenário em sua II Reunião Ordinária.

---

## 1- PROCESSO DE COMPOSIÇÃO.

---

### 1.1- Formação CONATRAP:

O Decreto nº 7.901 de 04 de fevereiro de 2013 instituiu o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), demarcando as instituições que devem compor essa nova instância de Participação e Controle Social:

Art. 6º O CONATRAP será integrado por:

- I - quatro representantes do Ministério da Justiça;
- II - um representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
- III - um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e
- IV - um representante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 1º Será assegurada, na composição da CONATRAP, a participação de:

- I - sete representantes de organizações da sociedade civil ou especialistas em enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- II - um representante de cada um dos seguintes colegiados:
  - a) Conselho Nacional de Assistência Social;
  - b) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
  - c) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
  - d) Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo;
  - e) Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
  - f) Conselho Nacional de Imigração;
  - g) Conselho Nacional de Saúde;
  - h) Conselho Nacional de Segurança Pública;
  - i) Conselho Nacional de Turismo; e
  - j) Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- III - um representante a ser indicado pelos Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e pelos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante formalmente constituídos; e
- IV - um representante a ser indicado pelos comitês estaduais e do Distrito Federal de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Como é possível perceber, são diversos os setores representados no CONATRAP. Este é um modelo institucionalizado de gestão participativa, constituído desde seu princípio como transversal, com abertura para diferentes representações e a peculiaridade dos assentos assegurados para representantes de Colegiados Nacionais e Estaduais.

O primeiro desafio da consultoria contratada, para o desenvolvimento da metodologia de funcionamento do CONATRAP, foi desenvolver um método para a indicação dos representantes que fazem parte das estruturas do Governo Federal e dos Colegiados Nacionais e para seleção daqueles que fazem parte da sociedade civil organizada, dos institutos de pesquisa, da Rede De Núcleos e Postos e dos Comitês Estaduais/Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

O método desenvolvido considerou as particularidades de cada segmento e a preocupação com a garantia da paridade entre os membros. De modo que, metade dos seus conselheiros é originalmente de órgãos governamentais e a outra metade da sociedade civil.

O processo de seleção e indicação dos membros contou com ações de sensibilização de atores sociais e com a realização de uma eleição nacional desenvolvida em plataforma virtual.

## **1.2-Método para a indicação e seleção dos membros:**

### **1.2.1-Governo Federal**

- ❖ Critério adotado: indicação de titulares e suplentes por meio de Ofício dos (a) respectivos(as) Ministros (as) de Estado somado à articulação política com pedido de indicação de servidores com afinidade com o Tema do Tráfico de Pessoas.



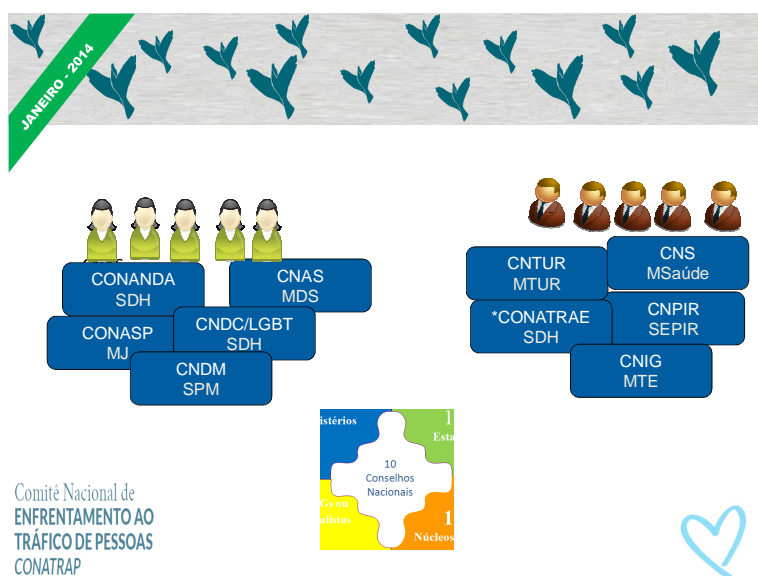
## 1.2.2- Colegiados Nacionais

Na composição do CONATRAP estão assegurados 10 (dez) assentos para colegiados nacionais que lidam com temas intrínsecos ao desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e que possuem acúmulo na formulação e no controle social de políticas públicas setoriais.

Em cumprimento ao § 5º do Decreto nº 7.901 de 4 de fevereiro de 2013, que determina que o CONATRAP atenda a proporção de cinquenta por cento de representantes da sociedade civil, observada a paridade do todo de sua composição, 05 (cinco) Conselhos Nacionais tiveram que indicar representantes, cujas instituições de origem são Organizações Não Governamentais e os demais representantes oriundos de órgãos governamentais.

O critério utilizado para essa indicação foi a contraposição entre aqueles colegiados que estão vinculados a Ministérios que já possuem assentos no CONATRAP com aqueles que não estão representados.

O primeiro grupo enviou representantes de órgãos de origem não governamental e o segundo representantes de órgãos governamentais.



Esse modelo garantiu que a paridade da composição fosse assegurada na representatividade do todo de seus membros.

O pedido de indicação dos representantes dos Colegiados Nacionais foi feito por meio de ofício do Sr. Ministro de Estado da Justiça, somado às visitas aos (as) presidentes e secretários (as) executivos (as) dessas instâncias, realizadas pela consultora deste projeto entre os meses de abril e junho de 2013, para a troca de experiências; esclarecimento de dúvidas e fornecimento de orientações para que os colegiados desenvolvessem arranjos próprios para a indicação de seus representantes: oriundos dos segmentos especificados acima e preferencialmente que tivessem algum conhecimento da questão do tráfico de pessoas.

### **1.2.3- Rede de Núcleos e Postos**

A indicação dos representantes da Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs) se deu após eleição realizada durante a IV- Reunião Técnica, ocorrida nos dias de 17 a 19 de abril de 2013, na cidade do Rio de Janeiro.

- ❖ Critérios adotados pela Rede para a indicação de seus representantes:
  - 1- A rede de Núcleos e Postos irá compartilhar o assento designado no CONATRAP, indicando dois coordenadores de cada organismo.  
  
O (as) Candidatos (as) devem ter participado pessoalmente de pelo menos três Reuniões Técnicas promovidas pela SNJ.
  - 2- Ser os (as) Candidatos (as) membros de Comitês Estaduais/DF ou municipais de ETP formalmente instituídos.
  - 3- A representatividade da Rede de Núcleos e Postos é pessoal e em caso de exoneração/desligamento do cargo o membro deverá ser substituído pelo seu suplente. Em caso de ausência de suplente deverá ser realizada uma nova eleição na reunião subsequente;





4- O voto é aberto.

Representantes da Rede de Núcleos e Postos Eleitos :

Titular: Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São Paulo, Juliana Felicidade Armed.

Suplente: Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Pernambuco, Jeanne de Aguiar.

Titular: Coordenador do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Rio de Janeiro, Augusto Valentim.

Suplente: Coordenadora do Núcleo e dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante do Estado do Amazonas, Michele Custódio.

- a) Processo eleitoral para seleção de entidades da sociedade civil, institutos de pesquisa e representantes de Comitês Estaduais e Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Na composição do CONATRAP estão assegurados 07 (sete) assentos para Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos ou para institutos de pesquisa com especialistas no tema do Tráfico de Pessoas e para 01 (um) representante a ser indicado pelos Comitês Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Para a seleção desses membros, em 2013, foi realizado um processo eleitoral regido pelo Edital Nº 1/2013 do Ministério da Justiça, composto pelas seguintes etapas:



### **Etapa 01- Lançamento do Edital de Seleção e Envio da Documentação:**

Edital lançado e divulgado no site do Ministério da Justiça e nas redes sociais.

#### ❖ Critérios do Edital:

##### a) Organizações Não Governamentais:

I- Organizações da sociedade civil que cumulativamente:

II- estejam formalmente constituídas no Brasil, no mínimo, há três anos ;

III- possuam atuação específica no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, por no mínimo três anos, preferencialmente na prevenção e/ou assistência às vítimas, comprovadas por meio de estudos e pesquisas, relatórios de atendimento às vítimas, publicações, premiações, ações com repercussão local, participação em instâncias de âmbito nacional ou internacional.

##### b) Instituições de pesquisa com especialistas que:

I- constem do diretório de instituições ou de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e/ou possuam linha de pesquisa sobre tráfico de pessoas há, no mínimo, três anos ou

II- possuam publicações científicas próprias periódicas sobre o tema do tráfico de pessoas há, no mínimo, três anos I -

organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e/ou representantes de comunidades científicas que atuem em qualquer área voltada à defesa e à promoção dos direitos humanos por, no mínimo, três anos, comprovados por meio de relatórios de atividades.

c) Eleitores

- Qualquer organização não governamental que atue na defesa e promoção dos Direitos Humanos instituída no Brasil há pelo menos de 3 anos.

**Etapa 02- Habilitação no processo eleitoral:**

- A análise da documentação foi feita por Comissão Eleitoral, instituída pela Portaria nº 2.656, de 17/07/2013, composta por:

Representantes da Organização Não Governamental, Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), **Rosita Milesi** e **Claudina Libera Scarpini**, respectivamente titular e suplente.

Representantes do DEJUS/SNJ/MJ, **Fernanda Alves dos Anjos**, e **Lucicleia Souza e Silva Rollemberg**, respectivamente titular e suplente;

Representante da Secretaria Geral da Presidência da República, **Daniel Pitangueira de Avelino**.

Foram as seguintes Instituições que se inscreveram na Etapa 01 do processo eleitoral:

<b>Instituição</b>	<b>Candidatura a:</b>
1. Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD -	Representante de Comitê
2. Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD	Eleitor
3. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids- ABIA	Eleitor
4. Associação das Mulheres em Ação no Mato Grosso - AMAT	Representante de Comitê
5. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA	Eleitor
6. Sociedade de Defesa dos Direitos sexuais da Amazônia - SODIREITOS	Sociedade Civil

7. Associação Mulheres Pela Paz	Sociedade Civil
8. Associação de Travesti Transexuais e Transgêneros de Goiás – ASTRAL -GO	Sociedade Civil
9. Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA	Sociedade Civil
10. Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente da Bahia – CEDECA	Eleitor
11. Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente –Casa de Passagem Ana Vasconcelos	Representante de Comitê
12. Centro Humanitário de Apoio à Mulher	Sociedade Civil
13. Coletivo Mulher Vida	Sociedade Civil
14. Davida	Sociedade Civil
15. Gerando vidas	Representante de Comitê
16. Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo	Eleitor
17. Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedades Saudável do Centro Oeste - IBISS CO	Sociedade Civil
18. Instituto Aliança com o Adolescente	Sociedade Civil
19. Instituto de Estudos da Religião RJ (ISER)	Eleitor
20. Instituto Latino Americano de Direitos Humanos – ILADH	Sociedade Civil
21. Marcha Mundial das Mulheres -	Representante de Comitê
22. Pastoral da Mulher Marginalizada	Sociedade Civil
23. Projeto Resgate	Sociedade Civil
24. Projeto Trama - Organização de Direitos Humanos Projeto Legal	Sociedade Civil
25. Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.	Sociedade Civil
26. Serviço Pastoral dos Migrantes	Representante de Comitê
27. Universidade Tiradentes - UNIT	Instituto de Pesquisa
28. Universidade Federal de Pernambuco	Representante de Comitê
29. Universidade Federal do MS	Instituto de Pesquisa
<b>30. Viva Rio</b>	Sociedade Civil

Após a análise dos documentos enviados a Comissão Eleitoral deliberou:

I- **DEFERIMENTO** dos pedidos de inscrições para o processo eleitoral das seguintes instituições:

Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD) (Representante do Comitê de São Paulo).	Representante de Comitê
Associação das Mulheres em Ação no Mato Grosso (Representante do Comitê do Mato Grosso).	Representante do Comitê
Projeto Gerando Vidas - (Representante do Comitê do Rio de Janeiro).	Representante do Comitê
Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo	Eleitor
Instituto de Estudos da Religião - ISER	Eleitor
Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA	Eleitor
Associação de Travesti Transexuais e Transgêneros de Goiás – ASTRAL –GO	Sociedade Civil

II- **INDEFERIMENTO** das inscrições para o processo eleitoral das seguintes instituições:

Nome da Organização	Inscrição	Razões para o indeferimento
Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude ASBRAD	Eleitor	Descumprimento dos itens 1.7 e 1.8 do Edital (candidatura anulada).
Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA	Eleitor	Descumprimento dos Itens 5.2 III e 3.1 do Edital.
Sociedade de Defesa dos Direitos sexuais da Amazônia - SODIREITOS	Sociedade Civil	Descumprimento do item 3.2.1 do Edital.
Associação Mulheres Pela Paz	Sociedade Civil	Descumprimento do item 3.2.1 do Edital.
Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 5.2 IV e 3.2.1 do Edital.
Centro Brasileiro da Criança e do	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 3.1 I

Adolescente da Bahia- CEDECA		e 5.2 IV do Edital.
Centro Humanitário de Apoio à Mulher-CHAME	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 5.2 IV e 3.2.1 do Edital.
Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem Ana Vasconcelos	Representante de Comitê	Descumprimento dos itens 5.2 I, 5.2 VI (alíneas a, b e c) do Edital.
Coletivo Mulher Vida	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 5.2 I, 5.2 IV e 3.2.1 do Edital.
Davida	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 5.2 IV e 3.2.1 do Edital.
Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedades Saudável do Centro Oeste - IBISS CO	Sociedade Civil	Descumprimento do item 3.2.1 do Edital .
Instituto Aliança com o Adolescente	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 5.2 II, 5.2 IV e 3.2.1 do Edital.
Instituto Latino Americano de Direitos Humanos – ILADH	Sociedade Civil	Descumprimento do item 3.2.1 do Edital.
Marcha Mundial das Mulheres	Representante Comitê	Descumprimento dos itens 5.2 I (sem assinatura), 5.2 II, 5.2 III e 5 IV b do Edital.
Pastoral da Mulher Marginalizada	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 3.2.1, e 5.2 IV do Edital.
Projeto Resgate	Sociedade Civil	Descumprimento do item 5.2 IV e 3.2.1 do Edital.
Projeto Trama (Organização de Direitos Humanos Projeto Legal)	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 5.2 III e 3.2.1 do Edital.
Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 3.2.1 do Edital.
Serviço Pastoral dos Migrantes	Representante De Comitê.	Descumprimento dos itens 5.2 VI (alíneas a b e c) do Edital.
Universidade Tiradentes- UNIT	Instituto De Pesquisa	Não atendimento ao Item 5.2 V do Edital.
Universidade Federal de Pernambuco (Comitê de Pernambuco)	Representante Comitê	Descumprimento dos itens 5.2 I, 5.2 II e 5.2 III do Edital.

Universidade Federal do Mato Grosso	Instituto de Pesquisa	Descumprimento dos itens 3.2.2 e 5.2 II do Edital.
Viva Rio	Sociedade Civil	Descumprimento dos itens 5.2 III, e 3.2.1 do Edital

Diante do grande número de entidades indeferidas para ao processo eleitoral pela incompletude dos documentos necessários para a sua habilitação a Comissão Eleitoral decidiu conceder 60 dias corridos para que fossem realizados pedidos de recursos.

### **Resultados após recursos**

23 instituições entraram com pedidos de recursos, onde apresentaram os documentos que faltam para garantir as suas habilitações para o processo eleitoral. Após a análise dos recursos a Comissão Eleitoral defiberou:

#### **I- INDEFERIMENTO:**

<b>Instituições</b>	<b>Inscrições</b>	<b>Razões para o indeferimento</b>
Associação Mulheres pela Paz	Sociedade civil	Descumprimento do item 3.2.1 do Edital
Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem Ana Vasconcelos	Representante de comitê	Descumprimento dos itens 5.2 I, 5.2 VI (alíneas a, b e c) do Edital.

#### **II- DEFERIMENTO E HABILITAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL:**

<b>Nome da Organização</b>	<b>Inscrição</b>
Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude ASBRAD	Representante De Comitê
Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA	Eleitor
Sociedade de Defesa dos Direitos	Sociedade Civil

sexuais da Amazônia - SODIREITOS	
Associação Mulheres Pela Paz	Sociedade Civil
Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA	Sociedade Civil
Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente da Bahia- CEDECA	Sociedade Civil
Centro Humanitário de Apoio à Mulher- CHAME	Sociedade Civil
Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem Ana Vasconcelos	Representante De Comitê
Coletivo Mulher Vida	Sociedade Civil
Davida	Sociedade Civil
Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedades Saudável do Centro Oeste - IBISS CO	Sociedade Civil
Instituto Aliança com o Adolescente	Sociedade Civil
Instituto Latino Americano de Direitos Humanos – ILADH	Sociedade Civil
Marcha Mundial das Mulheres	Representante Comitê
Pastoral da Mulher Marginalizada	Sociedade Civil
Projeto Resgate	Sociedade Civil
Projeto Trama (Organização de Direitos Humanos Projeto Legal)	Sociedade Civil
Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.	Sociedade Civil
Serviço Pastoral dos Migrantes	Representante De Comitê.
Universidade Tiradentes- UNIT	Instituto De Pesquisa
Universidade Federal de Pernambuco	Representante Comitê



(Comitê de Pernambuco)	
Universidade Federal do Mato Grosso	Instituto De Pesquisa
Viva Rio	Sociedade Civil

### **Etapa 03- Eleições virtuais:**

As eleições virtuais foram antecedidas por momento preparatório em que as entidades habilitadas realizaram um cadastro na plataforma virtual para o recebimento de sua senha para a realização da votação. Após a confirmação que todas as entidades estavam devidamente cadastradas o sistema eletrônico foi aberto para a realização das eleições. Nesse processo participaram 19 (dezenove) organizações da sociedade civil votaram e foram votadas, das quais 08 (oito) foram eleitas para cumprir o primeiro mandato do CONATRAP. No quadro abaixo são descritos o “passo a passo” de orientações para a habilitação e exercício do voto.

### **Instruções do Processo Eleitoral enviadas por e-mail para as entidades habilitadas:**

#### **I- Informações Gerais:**

1. Conforme indicado no item 8 do Edital, as eleições ocorrerão na plataforma virtual, no endereço eletrônico: <https://www4.planalto.gov.br/conatrap>
2. Somente as 19 instituições habilitadas poderão participar das eleições.
3. O processo eleitoral comporta três categorias de votantes:
  - a) Eleitores: são aquelas instituições que apenas irão votar, ou seja: que não estão concorrendo ao processo eleitoral. Quatro organizações participam como eleitoras do processo eleitoral do CONATRAP.
  - b) Sociedade Civil e Instituto de Pesquisa: são aquelas instituições que votam e que são votadas. São 11 organizações inscritas para esta categoria. Atenção: ONGs e instituto de pesquisa estão concorrendo às mesmas 07 vagas.
  - c) Representantes de Comitês: são aquelas instituições indicadas por Comitês Estaduais que votam e que são votadas. Quatro organizações concorrem a 01 vaga.
4. Todas as entidades terão obrigatoriamente que votar em oito instituições distintas. Sendo necessariamente 07 votos para a categoria Sociedade Civil e Institutos de Pesquisa e 01 voto para a categoria representante de Comitês.
  - 4.1 O sistema não permite que se vote mais de uma vez na mesma instituição.
5. O programa permite que as instituições votem em si próprias, uma única vez.
6. O voto será secreto. O resultado divulgará a quantidade de votos que cada instituição recebeu, omitida a sua procedência.

#### **II- Habilitação no processo eleitoral.**

1. A partir desta data os/as senhores/as receberão neste e-mail (indicado na ficha de inscrição) o aviso: “User Account Information for CONATRAP - Eleições 2013” e a seguinte mensagem:

Bem-vindo, a sua conta de usuário foi criada.

Por favor, ative-a visitando:

<https://www4.planalto.gov.br/conatrap/passwordreset/03368fb43afe2ba6d62010a06f0d1b?userid=>

Você precisa ativar a sua conta em 168 horas,

Saudações gentis,

2. Os/as senhores/as deverão clicar no link indicado no e-mail e cadastrar um login e uma senha.
3. O cadastro deverá ser feito em até 168 horas do recebimento do email, caso contrário o sistema automaticamente desconsiderará a conta criada. Neste caso, a Comissão Eleitoral do CONATRAP deverá ser acionada pelo [traficodepessoas@mj.gov.br](mailto:traficodepessoas@mj.gov.br) para enviar outro e-mail com novo link.
4. Sugerimos que os/as senhores/as cadastrem um login e uma senha de fácil memorização e que deixem anotado em local de fácil acesso, evitando o recadastramento no curso do processo eleitoral.
5. A ausência de participação de alguma organização no processo eleitoral no calendário estabelecido no edital não compromete o processo
6. Ao final das eleições será divulgado no site uma tabela com todos os votos computados. Aquelas instituições que receberem o maior número de votos serão consideradas eleitas para ocuparem 08 assentos no CONATRAP.
7. De acordo com item 9 do Edital, em caso de empate a Comissão Eleitoral irá averiguar junto a documentação enviada aquela instituição com maior tempo de constituição formal para fins de desempate.

## Plataforma Virtual das Eleições

CONATRAP - Eleições 2013

28/08: [RESULTADO APÓS RECURSOS](#)

22/07: [RESULTADO DAS INSCRIÇÕES](#)

---

Este sítio destina-se a selecionar instituições para o preenchimento de 8 (oito) vagas do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), para o biênio 2013-2015.

Das 8 (oito) vagas, 7 (sete) são reservadas para Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos ou Instituições Acadêmicas com especialistas no tema do Tráfico de Pessoas e 1 (uma) vaga é destinada para Organização Não Governamental representante de Comitê Estadual ou Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme disposto no Edital nº 12/2013 (seção 3 nº 104 de 03 de junho de 2013).

**Vote aqui**

No caso de dúvidas referentes ao edital ou problemas técnicos no cadastramento e/ou votação, um e-mail pode ser enviado para: [traficodepessoas@mj.gov.br](mailto:traficodepessoas@mj.gov.br).

[EDITAL DE SELEÇÃO](#)

Endereço: <https://www4.planalto.gov.br/conatrap/>

### **Resultados das Eleições:**

#### **Categoria ONGs e Institutos de Pesquisa:**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>VOTOS</b>
Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás - ASTRAL - GO	17
Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	16
Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia - SODIREITOS	16
Projeto Trama (Representado pela Organização de Direitos Humanos Projeto Legal)	15
Davida- Prostituição Direitos Civis Saúde.	13
Universidade Tiradentes - UNIT	12
Instituto Aliança com o Adolescente	11
Viva Rio	9
Projeto Resgate	9
Instituto Latino Americano de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos -ILADH	8
Pastoral da Mulher Marginalizada	7

#### **Categoria ONGs Representantes de Comitês Estaduais**

<b>Instituição</b>	<b>Votos</b>
<b>Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD) (Representante do Comitê de São Paulo).</b>	11
<b>Universidade Federal de Pernambuco (Representante do Comitê de Pernambuco).</b>	5
<b>Projeto Gerando Vida (Representante do Comitê do Rio de Janeiro).</b>	2
<b>Associação de Mulheres em Ação de Mato Grosso (Representante do Comitê do Mato Grosso).</b>	1

### **1.3-Avaliação dos conselheiros da efetividade do método da composição do CONATRAP:**

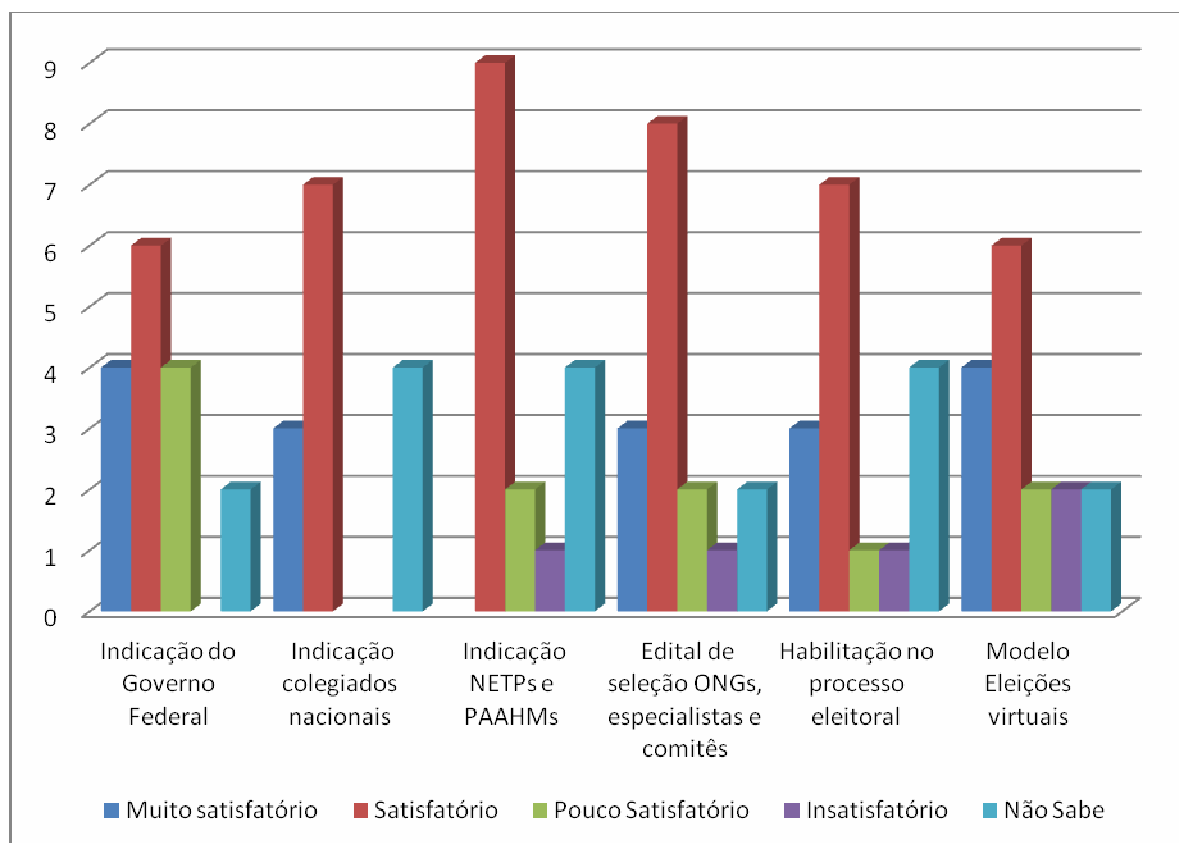
#### **1.3.1-Avaliação da composição por segmento representado:**

##### **Perguntas fechadas:**

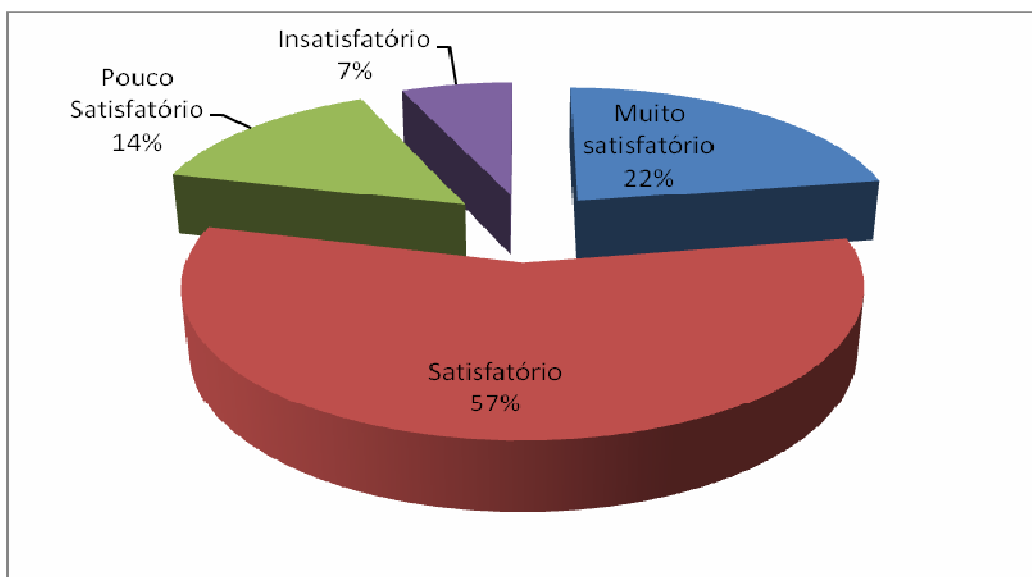
*Como você avalia o processo de indicação dos representantes do Governo Federal?*

*Como você avalia o processo de indicação dos representantes dos Colegiados Nacionais?*

*Como você avalia o processo de indicação dos representantes dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs) e Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) (lembre-se que os representantes são indicados após eleições próprias realizadas em reuniões técnicas).*



### 1.3.2- Avaliação Global do método para a indicação dos membros.



### 1.3.4- Sugestões dos conselheiros para o aprimoramento do processo de composição do CONATRAP.

#### Pergunta aberta:

*Você tem alguma sugestão para o aprimoramento do processo de indicação dos membros governamentais e/ou dos colegiados nacionais para futuras composições do CONATRAP?*

Respostas *ipisi verbis*:

- ❖ *Sei que as indicações são feitas pelo titular da instituição; mas acredito que outras pessoas que estão fora podem ajudar nas discussões e mais contribuir com política pública.*
- ❖ *O número de representantes do MJ está sobrevalorizado em detrimento de outros ministérios que não estão presentes como saúde e ministério do trabalho.*
- ❖ *A cadeira dividida ficou aquém da representação que os núcleos e postos mereciam.*
- ❖ *Ponderamos a necessidade de reavaliação do processo de indicação destes níveis de representação, tendo em vista o inegável o peso da representação governamental no CONATRAP, circunstância que desequilibra as decisões do colegiado.*

- ❖ *O governo é representado por poucos ministérios. Há certa sobre-representação do MJ;*
- ❖ *Que as indicações de igual modo que a sociedade civil/instituição de pesquisa tenha experiência previa com o tema de Tráfico de Pessoas.*
- ❖ *Seria interessante se estas instituições de acolhimento e assistência, fossem todas Certificadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, também, para que pudessem receber o Cofinanciamento da Assistência Social, disponibilizado pelo Governo Federal. Cofinanciamento estes primeiramente aprovados pelo Colegiado do CNAS.*
- ❖ *Apenas gostaria de lembrar que, embora a tecnologia esteja bem avançada, nem todos os segmentos da sociedade possuem acesso, daí é preciso contemplar àqueles que não têm como acompanhar a discussão via eletrônica, sugiro atualização frequente das entidades afins e um esquema de mala direta com certificado dos Correios para alcançar um número maior de pessoas que possam contribuir no enfrentamento da questão.*
- ❖ *É preciso considerar a possibilidade de um debate entre as entidades, melhorar o conhecimento entre elas e como podem politizar o processo de escolha.*
- ❖ *Maior divulgação junto à mídia e nos sites/espços especializados de Direitos Humanos.*
- ❖ *Apenas gostaria de lembrar que nem todos os segmentos da sociedade possuem acesso, daí é necessário contemplar àqueles que não têm como acompanhar a discussão via eletrônica, sugiro atualização frequente das entidades afins e um esquema de mala direta com certificado dos Correios para alcançar um número maior de pessoas que possam contribuir no enfrentamento da questão.*
- ❖ *Fazer uma divulgação maior entre as entidades no Brasil, garantindo uma maior participação e representatividade.*
- ❖ *Que na página criada para eleições, também fosse disponibilizado um plataforma virtual que possibilitasse a todos os candidatos a terem seu perfil, com sua carta de apresentação e motivações para ser parte do CONATRAP. E também, seu memorial de trabalho sobre o tema.*
- ❖ *Que a Eleição fosse feita na Procuradoria Geral da República, para não haver nenhuma margem de erro. Como acontece no CNAS.*



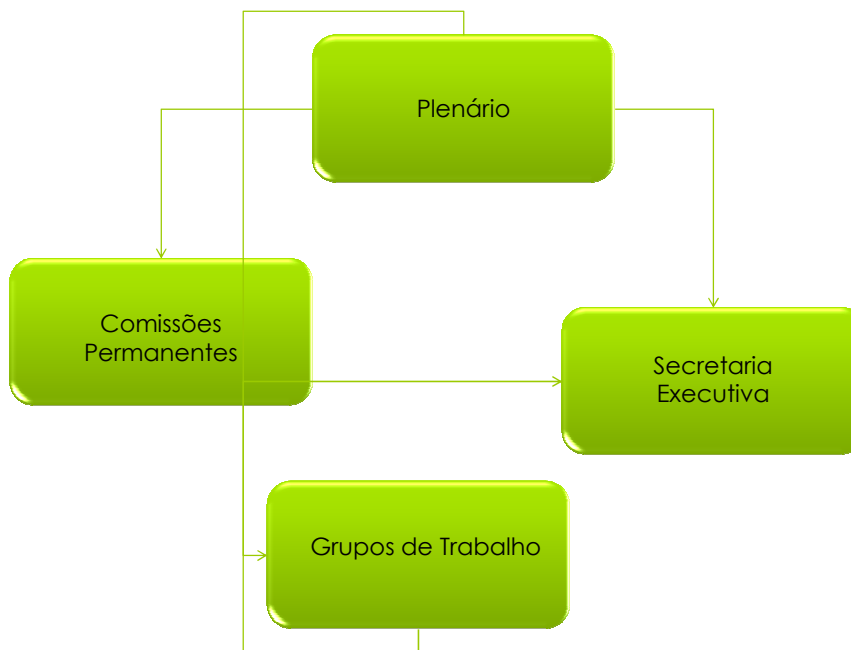
- ❖ *Grupos que representam os grupos populacionais entendidas como “vulneráveis ao tráfico” deve ter prioridade na composição da CONATRAP. A votação para essas posições é complicada pelo fato de que trabalhadores de sexo, imigrantes e @s trans- são todos grupos estigmatizados e, portanto, sujeitos a baixa representatividade em votos populares.*
  
- ❖ *Prever uma plataforma ou ambiente virtual para que as organizações possam defender as suas propostas e candidaturas.*
  
- ❖ *Vejo que este processo é restrito apenas as redes que atuam na temática, o processo virtual limita a participação. Que colegiados nacionais, estaduais e municípios de direitos também sejam canais de difusão neste processo. Assim como redes nacionais e regionais.*

---

## 2-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA

---

### 2.1- Fluxograma da Estrutura Administrativa



### 2.2- Plenário:

- **Composição:** 26 instituições;
- **Natureza:** Paritária;
- **Segmentos Representados:**



07- representantes do Governo Federal (04 do Ministério da Justiça; 01 da SPM; 01 da SDH; 01 do MDS).

07- representantes da Sociedade Civil e institutos de pesquisa;

05 representantes de colegiados nacionais/órgãos de origem governamental;

05-representantes de colegiados nacionais/órgão de origem **não** governamental;

01 – Representante de Comitês Estaduais/DF/órgão de origem **não** governamental;

01-Assento compartilhando entre representante da Rede de Núcleo e Postos origens: governos Estaduais e municipais;

- É permitido o convite, sem ônus para o Ministério da Justiça de integrantes ouvintes, com direito a voz e sem direito ao voto.

**2.3- Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho:** deliberadas pelo Plenário na I Reunião Ordinária do CONATRAP, segundo os seguintes critérios:

- Voluntariedade dos conselheiros;
- Mínimo: 04 organizações e máximo: 08 organizações;
- Assegurar paridade nas Comissões Permanentes sempre e nos GTs quando possível;
- Representação Institucional;
- Debate restrito aos membros e convidados de cada espaço;

OBS: Foi acordado no Plenário que os representantes de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante podem se dividir para atuação nesses espaços, com direito a voz e voto.

05 Comissões Permanentes:

- **COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E MONITORAMENTO;**
- **COMISSÃO PERMANENTE DE ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ETP;**
- **COMISSÃO PERMANENTE DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO;**
  - **COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO; e**
  - **COMISSÃO PERMANENTE MARCO LEGAL.**

## 02 Grupos de Trabalho:

- GT2- COPA DO MUNDO-
- GT1- REGIMENTO INTERNO;

### 2.4- Avaliação dos conselheiros sobre a estrutura organizacional e administrativa

#### 2.4.1- Avaliação da estrutura administrativa:

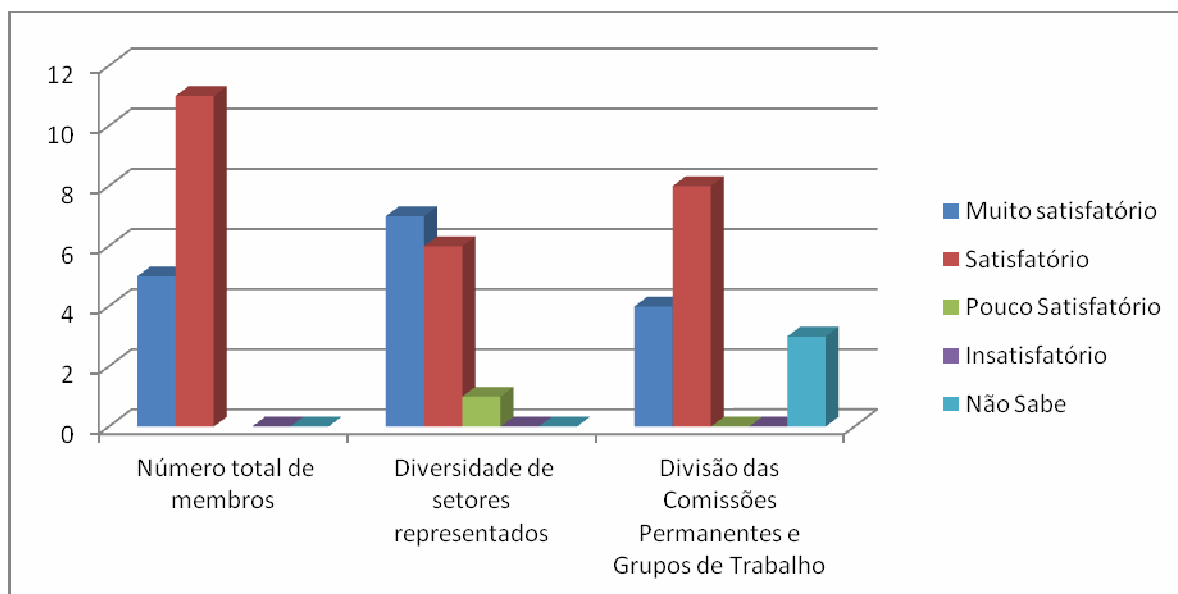
##### **Perguntas fechadas:**

*Como você avalia a estrutura do CONATRAP em relação aos itens abaixo?*

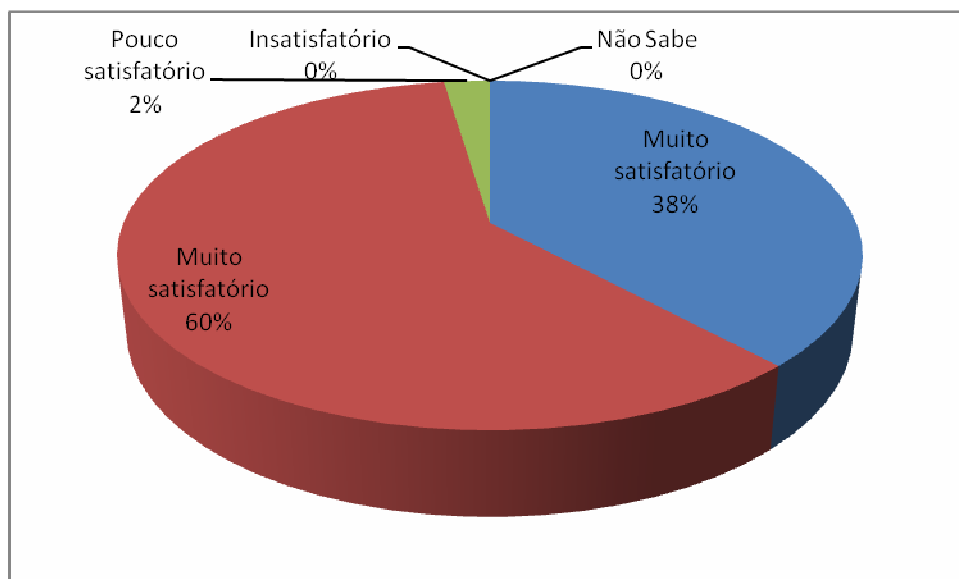
- Número total de membros:

- Diversidade de setores representados:

- Divisão das Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho:



## 2.5- Resultado Global da avaliação da Estrutura Administrativa



## 2.6- Recomendações dos conselheiros para aperfeiçoamento da Estrutura Administrativa:

### Pergunta Aberta:

*Você tem alguma sugestão de melhoria da estrutura do CONATRAP?*

❖ Esta sugestão reforça a proposta da CONATRAP onde os grupos de trabalhos ou outros utilizem de espaço de outros Ministérios parceiros para tarefas e atividades. Exemplo: curso e-ou encontros na SEDH convidem os membros d a CONATRAP para participarem e inserir o tema do trafico de pessoas em outros eixos de discussão;

❖ Melhorar a periodicidade dos encontros dos Grupos de Trabalho;

❖ É fundamental que tenhamos orçamento específico para poder programar as atividades coletivas;

❖ Acredito que três instituições não podem estar de fora da composição oficial do CONATRAP: 1. Ministério do Trabalho 2. Ministério Público (Federal, Estadual e do Trabalho) 3. Igreja Católica, por meio de suas diversas pastorais (da terra, da mobilidade urbana, do migrante, etc.);

❖ Manutenção de diálogo com as Políticas de Migração, Combate ao Trabalho Escravo, bem como com o Ministério da Defesa;

❖ Que além do grupo criado no gmail, seja ativado um canal direto para trocas de informações, como um blog próprio. E, que o mesmo tenha link com a página de TP do MJ;

❖ Gostaria de ver mais ação, fazer a política proposta chegar ao sujeito de direito de fato. Evitar a burocracia;

❖ Espaço para que os conselhos nacionais possam relatar seu trabalho relacionado ao tema do tráfico de pessoas;

❖ Continuar as discussões e como monitorar outros estados ou, mesmo, obter meios de ajuda para a implantação das atividades acordadas no CONATRAP em nossas regiões e estados;

❖ Garantir a participação do Grupo de Mulheres em Movimento como observador permanente, como foi convidado MPT.

❖ Estruturar uma Secretaria Executiva própria.

❖ Sim, as reuniões dos Grupos Permanentes deveriam acontecer coladas a reuniões dos plenos ordinários. As pautas consultas previamente para que todo e todas possam levar suas demandas. No meu caso e de outros que representam conselhos ao término das reuniões este também deveriam receber as atas, assim como convites etc..



---

## 3- DEBATES E ENCAMINHAMENTOS DA METODOLOGIA PROPOSTA

---

Esta seção aborda a avaliação dos conselheiros sobre os momentos dos debates sobre a metodologia de funcionamento do CONATRAP realizados na I Reunião Ordinária do CONATRAP.

### 3.1- Pauta da Reunião:

<b>30/01/2014</b>	<p><b>9h00 – 10h00 Painel 1: O CONCEITO DE TRÁFICO DE PESSOAS.</b> <b>Palestrante:</b> Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça</p> <p><b>10h00-11h00 Painel 2: O MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS</b> <b>Palestrante:</b> Fernanda dos Anjos, Diretora do DEJUS</p> <p><b>11h00-11h30 Painel 3: O PLANO HEMISFÉRICO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS</b> <b>Palestrante:</b> Paulina Duarte, Diretora do Departamento de Segurança Pública da OEA</p> <p><b>11h30 – 12h00 PAINEL 4: APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA</b> <b>Facilitadora:</b> Heloisa Greco, Coordenadora da CETP</p> <p><b>14h00 - 15h00 Painel 5: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA</b> <b>Palestrante:</b> Daniel Avelino, Secretaria Geral da Presidência da República</p> <p><b>15h00 - 15h30 Painel 6: CONFERÊNCIA NACIONAL DE MIGRAÇÕES E REFÚGIO</b> <b>Palestrante:</b> Jana Pettacia de Macedo, Secretária Executiva da COMIGRAR e João Guilherme Granja- Diretor do Departamento de Estrangeiros.</p> <p><b>15h30 - 16h30 Painel 7: APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA METODOLÓGICA DO CONATRAP</b> <b>Palestrante:</b> Graziella Rocha, consultora UNODC/SNJ</p> <p><b>17h00 - 19h00 Painel 8: ALINHAMENTO DE EXPECTATIVAS ENTRE OS MEMBROS DO CONATRAP</b> <b>Facilitadora:</b> Graziella Rocha, consultora UNODC/SNJ</p>
-------------------	--

Programação 2º DIA	
<b>31/01/2014</b>	<p><b>9h00 – 13h00 Painel 9: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONATRAP</b> Facilitadoras: Graziella Rocha e Ofélia Ferreira</p> <p><b>14h30 - 15h30 Painel 10: APRESENTAÇÃO DE DIRETRIZES DO REGIMENTO INTERNO</b> Facilitadora: Graziella Rocha Consultora MJ/UNODC</p> <p><b>15h30 - 16h30 Painel 11: DEFINIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES E DOS GRUPOS DE TRABALHO</b> Facilitadora: Fernanda dos Anjos, Diretora do DEJUS</p> <p><b>17h00 - 18h50 - AVALIAÇÃO DA REUNIÃO E DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DAS PRÓXIMAS REUNIÕES</b> Facilitadoras: Fernanda dos Anjos e Heloisa Greco</p> <p><b>18h50 -19h30 – Encerramento</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Tempo total de atividades: 20 horas.</b></p>

### **3.2- Facilitações realizadas para o debate e encaminhamentos da metodologia Proposta:**

#### **3.2.1- Apresentação da estrutura metodológica (painel 07)<sup>1</sup>:**

**Facilitadora:** Graziella Rocha – consultora MJ/UNODC

**Descrição:** A consultora realizou uma explanação do processo de indicação e eleição dos membros. Onde foi possível dirimir dúvidas sobre a metodologia adotada. O objetivo da atividade realizada era contextualizar os conselheiros dos processos que antecederam suas nomeações. Uma vez que foram processos diferenciados para cada segmento específico, como demonstrado na seção 01 deste relatório.

<sup>1</sup> Apresentação de PowerPoint utilizada no anexo.

Na primeira parte da apresentação, intitulada “ O CONATRAP e seus atores, que somos e de onde viemos” foi realizada a explicação de todas as etapas dos processos eleitorais descritos na seção anterior:

- I- Quais os Ministérios e como foram escolhidos seus representantes;
- II- Quais os Colegiados Nacionais e como foram escolhidos os seus representantes;
- III- Onde está a rede de Núcleos e Postos e como foram escolhidos os seus representantes?
- IV- Como foram eleitos os representantes da sociedade civil e institutos de pesquisa e o representante dos Comitês Estaduais e do DF de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

### **3.2.2- Apresentação da Proposta de Estrutura Organizacional e Administrativa composta por Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho (painel 07)<sup>2</sup>:**

**Facilitadora:** Graziella Rocha – consultora MJ/UNODC

**Descrição:** A consultora palestrou sobre a experiência dos outros colegiados, apresentando suas impressões sobre os modelos mais exitosos de trabalho que são realizados no país. Onde o que se percebe é que em grupos menores o debate se dá de forma mais efetiva. A sugestão apresentada é que em Comissões Permanentes e em Grupos de Trabalhos fossem aprofundados e qualificados os temas que merecessem tempo maior de trabalho e reflexão para que posteriormente fossem deliberados no Plenário. Após uma rodada de debates sobre o modelo o Plenário deliberou que definiria suas CPs e GTs em atividade própria realizada logo após a definição do Planejamento Estratégico.

### **3.2.3-Proposta de realização de Contrato simbólico (Painel 07)**

**Facilitadora:** Graziella Rocha – consultora MJ/UNODC

**Descrição:** A consultora realizou um exercício para a pactuação simbólica do Contrato de Grupo que geria os compromissos de cada membro com aquele espaço e as atitudes antes, durante e depois das reuniões. A proposta foi apresentada até o

---

fim, porém os conselheiros não realizaram o Contrato de Grupo, entendendo-se por desnecessária a construção de regras simbólicas de convivência. Os apontamentos foram considerados apenas como um conjunto de reflexões.

Espírito do Grupo:

- *Atitude de respeito aos colegas;*
- *Tolerância;*
- *Paciência ;*
- *Solidariedade.*

Antes das reuniões

- *Antecedência no envio de convites e da pauta;*
- *Agilidade para a confirmação de presença ou justificativa de ausência;*
- *Antecedência na emissão de passagens e pagamento de diárias;*
- *Leitura prévia dos documentos necessários para a reunião;*
- *Diálogo e consulta com as bases.*

Durante as reuniões

- *Respeito ao horário;*
- *Respeito aos temas da pauta;*
- *Respeito ao momento de fala:*

*\* Ouvir é importante;*

*\* Fala um por vez;*

*\* Fala ao microfone;*

Produção de consenso:

*\* Atenção a ideia central que está em pauta;*

*\* Identificar pontos de qualificação da ideia;*

*\* Proposição de nova ideia;*

*\* Se o consenso não for possível- vota-se.*

Lembrar que o dissenso é rico que deve ser trabalhado e qualificado em Grupos de Trabalho.





Depois das reuniões

*Prestação de contas;*

*Agilidade no cumprimento de deliberações e respostas;*

*Diálogo (feedback) com as bases.*

**Contrato NÃO pactuado pelo Grupo<sup>3</sup>.**

### **3.2.4- Exercício de Harmonização de Expectativas:**

**Facilitadora:** Graziella Rocha – consultora MJ/UNODC

**Descrição:** A consultora facilitou a realização de um exercício reflexivo sobre os limites e potencialidades do CONATRAP levando-se em consideração o escopo de suas atribuições. O objetivo da atividade produzir reflexões sobre o papel do CONATRAP a fim de evitar a frustração com relação a sua atuação e preparar os membros para a elaboração do Planejamento Estratégico. O primeiro momento da atividade foi a estimulação da atenção do Plenário quanto as atribuições do CONATRAP, previstas em seu Decreto:

Art. 5º São atribuições do CONATRAP:

I - propor estratégias para gestão e implementação de ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto nº 5.948, de 2006;

II - propor o desenvolvimento de estudos e ações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas;

III - acompanhar a implementação dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

IV - articular suas atividades àquelas dos Conselhos Nacionais de políticas públicas que tenham interface com o enfrentamento ao tráfico de pessoas, para promover a intersectorialidade das políticas;

V - articular e apoiar tecnicamente os comitês estaduais, distrital e municipais de enfrentamento ao tráfico de pessoas na definição de diretrizes comuns de atuação, na regulamentação e no cumprimento de suas atribuições;

VI - elaborar relatórios de suas atividades; e

VII - elaborar e aprovar seu regimento interno.

---

<sup>3</sup> O plenário compreendeu que não havia a necessidade de pactuação de um contrato de natureza simbólica. A atividade foi aceita apenas como um conjunto de reflexões, porém, sem transforma-se num produto do CONATRAP.

Após a leitura das atribuições do CONATRAP A palavra foi facultada a quem dela quisesse fazer o uso, respeitando o limite de 3 minutos de fala e com orientação para manutenção de foco na resposta para duas perguntas norteadoras: “o que a instituição que eu represento espera do CONATRAP?” e “o que o CONATRAP pode esperar da instituição que eu represento”?

Conjunto de expectativas apresentadas pelos conselheiros do CONATRAP:

- ❖ Discussão sobre tráfico de pessoas e a interface com a infância e adolescência;
- ❖ Construção de uma Metodologia para fluxos de atendimento;
- ❖ Não revitimização das mulheres que sofreram tráfico;
- ❖ Discussão sobre a condição de povos tradicionais e específicos;
- ❖ Conhecimento e atenção às áreas de fronteiras;
- ❖ Atenção às Convenções Internacionais, especialmente ao relatório da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW);
- ❖ Debate sobre a responsabilidade das empresas com o tráfico de pessoas;
- ❖ Debate sobre o tráfico de pessoas em grandes obras e eventos;
- ❖ Necessidade de avanços na discussão de gênero nos



aspectos da orientação sexual e de Identidade de gênero;

- ❖ Diálogo permanente com os comitês estaduais e do Distrito Federal e o fomento na instalação de novos;
- ❖ Que a abordagem ao tema da segurança pública não se reduza à Polícia.
- ❖ Construção de espaço para que vítimas tenham voz de participação;
- ❖ Desvinculação da prostituição ao tráfico de pessoas;
- ❖ Diálogo com os municípios por meio dos conselhos municipais de saúde;
- ❖ Intercâmbio entre sociedade e governo no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- ❖ Consideração das necessidades e expectativas da sociedade civil para aprimorar as investigações ;
- ❖ Construção de um espaço de qualificação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas;
- ❖ Ampliação do debate sobre todas as modalidades de tráfico de pessoas;
- ❖ Contribuição com a formação de profissionais da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

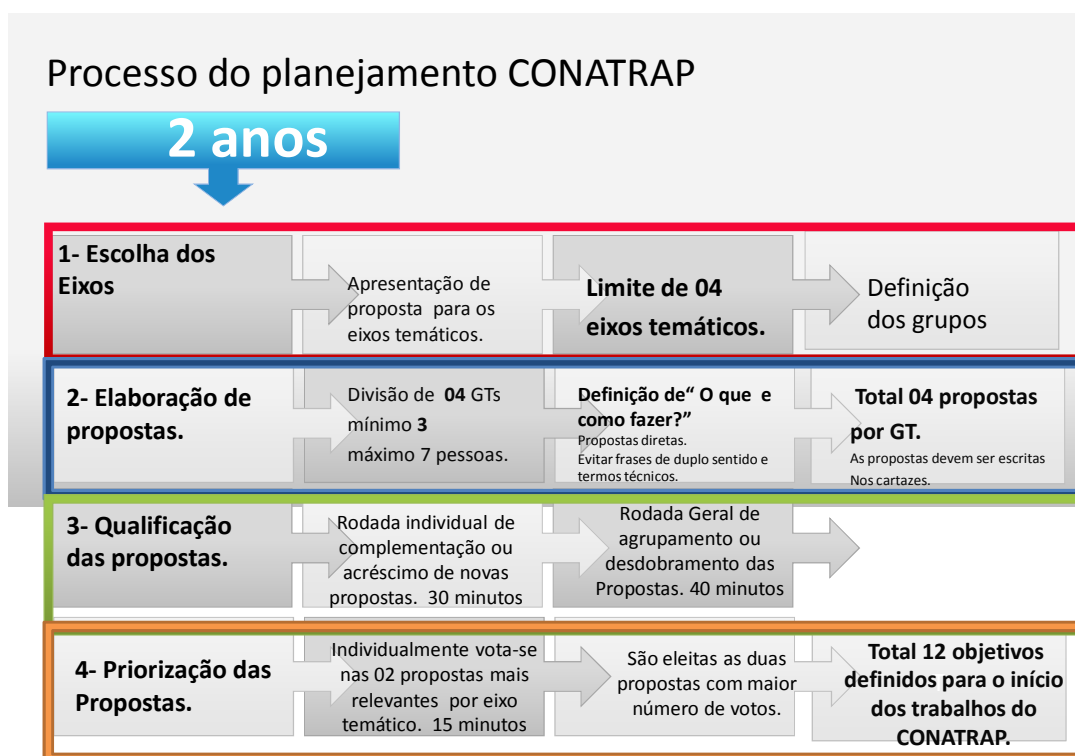
### **3.2.5- Oficina de Elaboração do Planejamento Estratégico (Painel 09)**

**Facilitadoras:** Graziella Rocha MJ/UNODC

Ofélia Ferreira consultora convidada.

**Descrição da atividade:** As facilitadoras organizaram uma oficina para a elaboração do Planejamento Estratégico do primeiro mandato do CONATRAP. O objetivo da atividade era gerar o debate com o grupo para a identificação de temas e assuntos urgentes relacionados à política nacional de ETP e do modo como o CONATRAP atuará nos próximos 02 anos.

## O Processo da elaboração do Planejamento Estratégico:<sup>4</sup>



### 1- Debates livres para a escolha dos eixos temáticos do Planejamento (60 minutos):

- 1- Fortalecimento e Articulação Institucional;
- 2- Conhecimento e socialização e comunicação;
- 3- Marco Legal; e
- 4- Monitoramento e orçamento.

### 2- Divisão livre dos Grupos de Trabalho (15 minutos).

- Mínimode 03 e o máximo de 07 participantes.

<sup>4</sup> A oficina de Planejamento Estratégico está detalhada no Produto 05 da consultoria BRAX63, com registro visual da atividade e descrição minuciosa da atividade realizada.

- Um Grupo responsável por cada eixo temático;

**3- Elaboração de Propostas (90 minutos).**

- Produzir 04 propostas buscando responder as perguntas: O que fazer? Como fazer? 60 minutos de atividade.

**4- Qualificação das Propostas (60 minutos).**

**4.1- Qualificação Individual:**

- Rodada individual de apresentação de sugestões para aperfeiçoamento das propostas dos grupos distintos aos seus. (30 minutos)

**4.2- Qualificação dos Grupos de Temáticos;**

- Após a rodada individual os Grupos Temáticos retomaram os debates a fim de produzir o texto final das propostas com a incorporação das sugestões oferecidas (30 minutos).

**5- Priorização das Propostas (20 minutos);**

- Rodada individual para a identificação nos eixos temáticos das duas propostas finais apresentadas que deveriam ser priorizadas no Planejamento Estratégico.

**3.2.6- Resultado do Planejamento Estratégico (Painel 09).**

## Eixo Conhecimento, Socialização e Comunicação

### O que fazer ?

**Difundir o conhecimento em tp (pesquisa científica, base de dados, curso de formação, boas prática no campo do atendimento, dentre outros)para a socialização destes. (13 votos)**



### Como fazer?

- 1.1. Facilitar a divulgação de resultados de pesquisa, cursos de formação e capacitação e demais formas de conhecimento, entre a rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- 1.2. Estimular a criação de bases de dados nas instituições e demais organizações e Poder Público.
- 1.3. Fomentar que se mantenha os prêmios\concursos de práticas exitosas no enfrentamento ao tráfico de pessoas.
- 1.4. Concursos de redações, artigos para ensino básico e acadêmicos.
- 1.5. Propor publicações exitosas e virtual de pesquisas, boas práticas e outros.

**Propor aumento de pesquisa científica no campo tp, valorizando, inclusive, a sociodiversidade e os grupos com mais vulnerabilidade. (12 votos)**



- 2.1. Fomentar editais específicos para a produção e socialização do conhecimento sobre tp nas diferentes instituições públicas e privadas.
- 2.2. Apontar lacunas e temas sensíveis e carentes de pesquisa.

**Propor a inclusão do tema nos diferentes cursos de formação e capacitação. (8 votos)**

- 3.1 Articular com a sociedade civil e órgãos públicos e privados (segurança pública, rede de atenção, instituição de ensino, sistema de justiça, etc.) para sensibilização, conhecimento e inclusão do tráfico de pessoas como tema transversal, com atenção à LDB e questões de gênero e etnorraciais.

**Estabelecer mecanismos de diálogo entre CONATRAP, GI, Coordenação Tripartite e rede etp como canal contínuo de comunicação. (5 votos)**

- 4.1. Destacar um responsável pela interlocução entre estas representações.
- 4.2. Aproveitar os canais de comunicação da sociedade civil.
- 4.3. Divulgar, socializar e dialogar com a sociedade a pauta do CONATRAP.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. Silva'.

## Eixo Fortalecimento e Articulação Institucional

### O que fazer ?

**Políticas, Conselhos Nacionais e demais instâncias nacionais (14 votos)**



### Como fazer?

- 1.1. Pautar o ETP nas reuniões dos Conselhos Nacionais do CONATRAP e alinhar agenda
- 1.2. Agenda de interlocução com o Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, defensorias, Sistema de Segurança Pública e Defesa (DPF, DPRF, PC, PM, Forças Armadas) e associações do Sistema de Justiça

**Comitês Estaduais, Municipais e do DF (11 votos)**



- 2.1 Diagnóstico
- 2.2 Apoio institucional
- 2.3 Articulação de novos comitês
- 2.4 Articulação entre os Comitês para que dialoguem entre si
- 2.5 Fortalecer a participação da sociedade civil e grupos sociais

**O CONATRAP (9 votos)**

- 3.1 Alinhamento de informações entre membros
- 3.2 Formação (reuniões intersetoriais)
- 3.3 Compartilhamento de experiências e metodologias construídas

**Núcleos e Postos (2 votos)**

- 4.1- Revisão das Diretrizes (Portaria SNJ N° 31, de 20 de agosto de 2009).



Ações priorizadas.

## Eixo Marco Legal

**Reformular o sistema de justiça para a ratificação dos tratados internacionais de Direitos Humanos e Tratados sobre temas conexos ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, em especial o Protocolo de Palermo. 18 votos**



- 1.1. Incentivar, via representação em organizações internacionais a discussão sobre convenção específica sobre ETP;
- 1.2. Contatar os órgãos nacionais dos sistemas de justiça e associações;
- 1.3. Realizar audiências públicas;
- 1.4. Elaborar recomendações;
- 1.5. Aderir o Convênio/instrumento do conselho da Europa sobre Tráfico de Pessoas (Varsóvia, 2005).

**Requer subsídios e sensibilizar o poder legislativo federal para que a sua atuação se restrinja à esfera punitiva quando se tratar de enfrentamento ao tráfico de pessoas, incluindo as dimensões civis, sociais, políticas e econômicas; (15 votos).**



- 2.1. Solicitar ao congresso nacional levantamento de Projetos de lei relacionados ao tema;
- 2.2. Elaborar texto de referência do CONATRAP;
- 2.3. Contatar parlamentares, comissões que têm iniciativas sobre o tema;
- 2.4. Realizar audiência Pública com o congresso nacional;
- 2.5. Acompanhar os resultados das audiências Públicas;
- 2.6. Escolher representante para realizar a articulação parlamentar de proposições;
- 2.7. Propor ao MJ que disponibilize assessoria parlamentar aos conselhos nacionais diretamente ligados a esse ministério;
- 2.8. Articular com órgãos executores da
- 2.9. linha operativa 1 ou 2 do NETP.
- 2.10. Lei Geral de ETP

**Revisar projetos de lei visando adequar a legislação penal aos Direitos Humanos (8 votos)**

- 3.1. Solicitar ao Congresso Nacional levantamento de PL`s existentes;
- 3.2- Analisar os PL`s existentes.
- 3.3- Definir PL`s prioritários e contribuir p/ seu aprimoramento;
- 3.4- Acompanhar s PL`s prioritários;
- 3.5- Emitir parecer sobre PL`s em trâmite;
- 3.6- Consolidação da legislação na área de tráfico de pessoas;
- 3.7- Elaboração de Lei Geral Anti-Tráfico;
- 3.8- Posicionar-se e pressionar para a ratificação da convenção de proteção do trabalhador migrante.

- 4.1- Identificar países e interesses;
- 4.2- Dialogar com a PMRE/ DRCI/MJ e PF;

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Beto'.



## Eixo Monitoramento e Orçamento

**Acompanhar a execução orçamentária para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. (18 votos)**



- 1.1- Solicitar aos ministérios as rubricas orçamentárias disponíveis correspondentes às metas do II PNETP;
- 1.2- Levantamento do orçamento dos 03 entes federativos nas 03 esferas de poder;
- 1.3- Promover capacitação dos membros do GT para participação da elaboração do PPA 2016/2019 e capacitação continuada sobre o ciclo orçamentário;
- 1.4- Inserir no PPA 2016/2019 ações que garantam a execução do II PNETP e viabilizem a continuidade e ampliação do enfrentamento ao tráfico de pessoas nesse período.
- 1.5- Prestação de contas dos gastos com o CONATRAP durante o ano (deslocamento, alimentação, viagens etc)

**Monitoramento do II PNETP (16 votos)**



- 2.1- Constituição de um GT de monitoramento do PNETP e orçamento paritário e que respeite a equidade de gênero.
- 2.2- Promover uma agenda de diálogo com o GI
- 2.3- Garantir a participação de representante do GT nas reuniões do GI;
- 2.4- Requisitar as informações necessárias para o monitoramento;
- 2.5- Propor aperfeiçoamentos na execução das metas do II PNETP.



**Ações Priorizadas.**

**3.3.- Avaliação dos conselheiros do conteúdo das facilitações da I Reunião Ordinária da CONATRAP**

### 3.3.1- Avaliação da reunião

#### Perguntas fechadas:

**Como você avalia a I Reunião Ordinária do CONATRAP, em relação aos itens abaixo?**

*Pauta?*

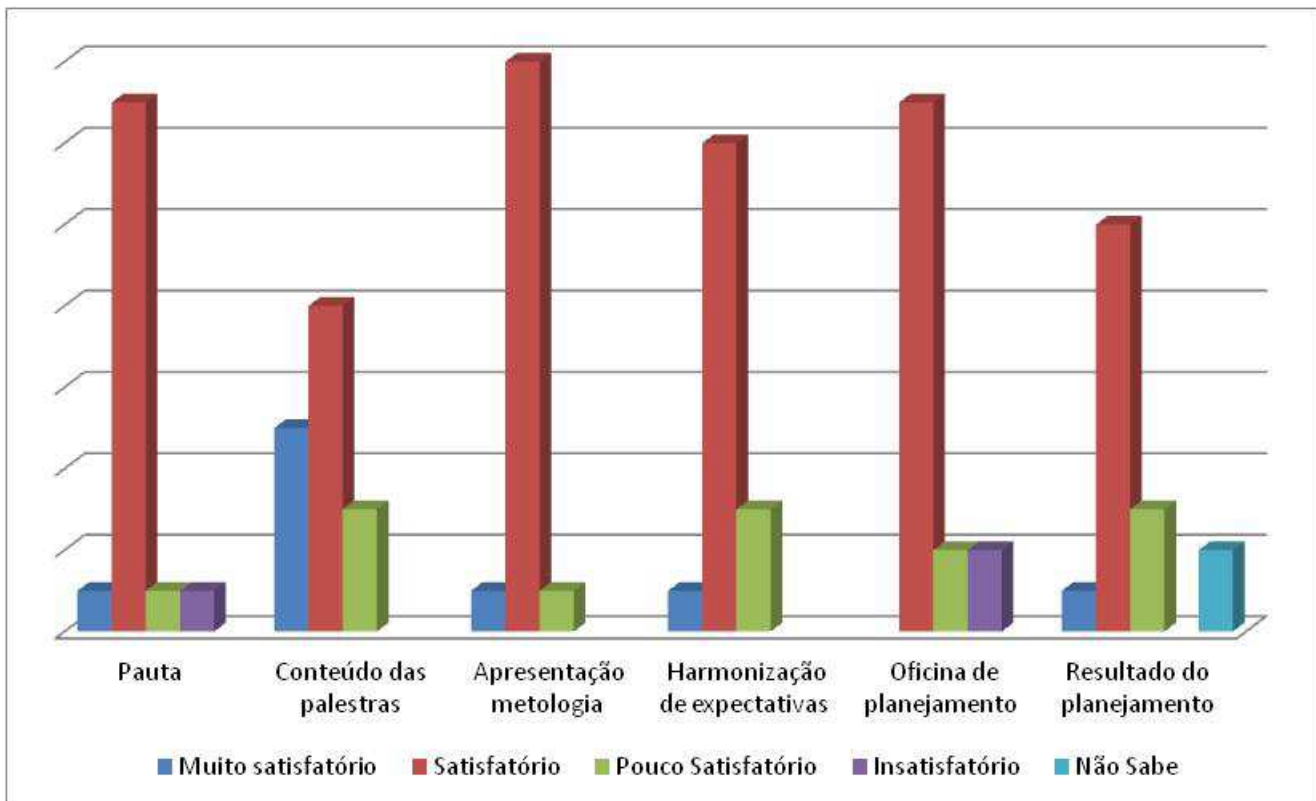
*Conteúdo das palestras?*

*Apresentação da estrutura de funcionamento CONATRAP?*

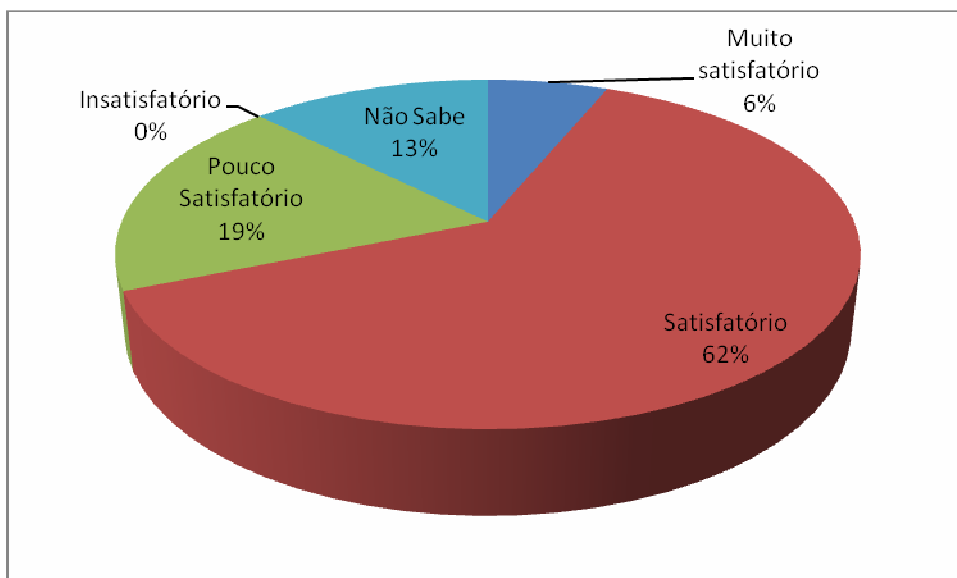
*Dinâmica adotada para harmonização de expectativas entre os membros do CONATRAP?*

*Dinâmica adotada para a produção do Planejamento Estratégico do primeiro mandato do CONATRAP?*

*Resultado do Planejamento Estratégico?*



### 3.3.2- Avaliação Global do Conteúdo da I Reunião Ordinária do CONATRAP



### 3.3.3- Recomendações dos membros para aperfeiçoamento da estrutura organizacional:

#### Pergunta aberta:

*Você possui sugestões de aprimoramento das próximas reuniões do CONATRAP?*

- ❖ As reuniões de plenária poderiam ser antecipadas de reuniões preparatórias das comissões e GTs;
- ❖ Debater sobre a projeto de prevenção ao enfrentamento do trafico de pessoas na copa 2014.
- ❖ O apoio da SNJ para reunir representantes de comitês Estaduais e Distrital de Tráfico de Pessoas na COMIGRAR em SP . Na oportunidade poderíamos estabelecer uma relação de conhecimento e confiança capaz de garantir uma boa comunicação e portanto mobilização de todos os membros.
- ❖ Creio que as reuniões de plenária poderiam ser antecipadas de reuniões preparatórias das bancadas, governo e sociedade civil, separadamente. Assim, as plenárias podem ser qualificadas antecipadamente, onde o debate e o nivelamento de informações supere quaisquer dificuldades de comunicação.
- ❖ A questão da bancada governamental poder se reunir em outros momentos, com regularidade antecipada, auxilia nas tratativas nas plenárias, isto porque tanto no CNPIR, que atuamos desde 2011, quanto no CGEn/MMA, do qual participamos entre os anos de 2007-2010, notava um certo descompasso e

falta de nivelamento das informações, o que prejudica o andamento das plenárias. A sugestão é que esta bancada governamental se reúna com a Secretaria Executiva para qualificar a sua participação, pelo menos, uma vez a cada reunião ordinária do CONATRAP.

- ❖ Sugiro buscar utilizar as estruturas governamentais disponíveis em Brasília, a exemplo do Centro de Convenções Ulisses Guimarães, e demais espaços do governo federal, em seus diversos ministérios onde funcionam as reuniões ordinárias dos conselhos nacionais, e neste ponto me comprometo em consultar a Ministra Luiza Bairros, na próxima reunião do CNPIR, prevista para 19 e 20 de março, sobre a disponibilidade do auditório daquela SEPPIR, caso seja necessário.
- ❖ É preciso tempo de reunião específica das comissões e GTs, como também prever a reunião da sociedade civil anterior à reunião geral do CONATRAP;
- ❖ A pauta pode ser encaminhada previamente por e-mail, para que as pessoas deem sugestões;
- ❖ Consulta prévia aos integrantes do CONATRAP sobre pauta e método propostas. Indicação de envio de informes por via eletrônica, evitando uso excessivo do espaço das reuniões para esta atividade.
- ❖ Sugiro meios para que a troca de experiências sejam constantes.
- ❖ Sugiro que haja reuniões do CONATRAP em lugares onde haja eventos nacionais, como ocorrera no COMIGRAR.
- ❖ Que a pauta e conteúdo documental seja disponibilizado antes das reuniões para leitura e preparo dos integrantes da CONATRAP.
- ❖ Menos palestras e informes – que podem ser socializados via outras vias. Objetivando alguns debates para tomada de decisões. Um bom regimento interno.
- ❖ Formação da pauta de maneira participativa, com abertura para sugestões.
- ❖ Estruturar uma Secretaria Executiva Própria.



---

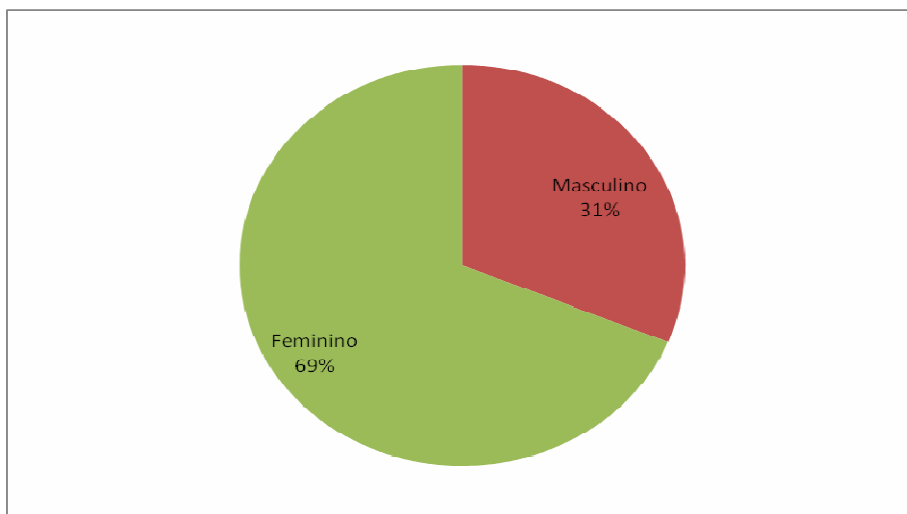
## 4-PERFIL DOS (AS) CONSELHEIROS (AS)

---



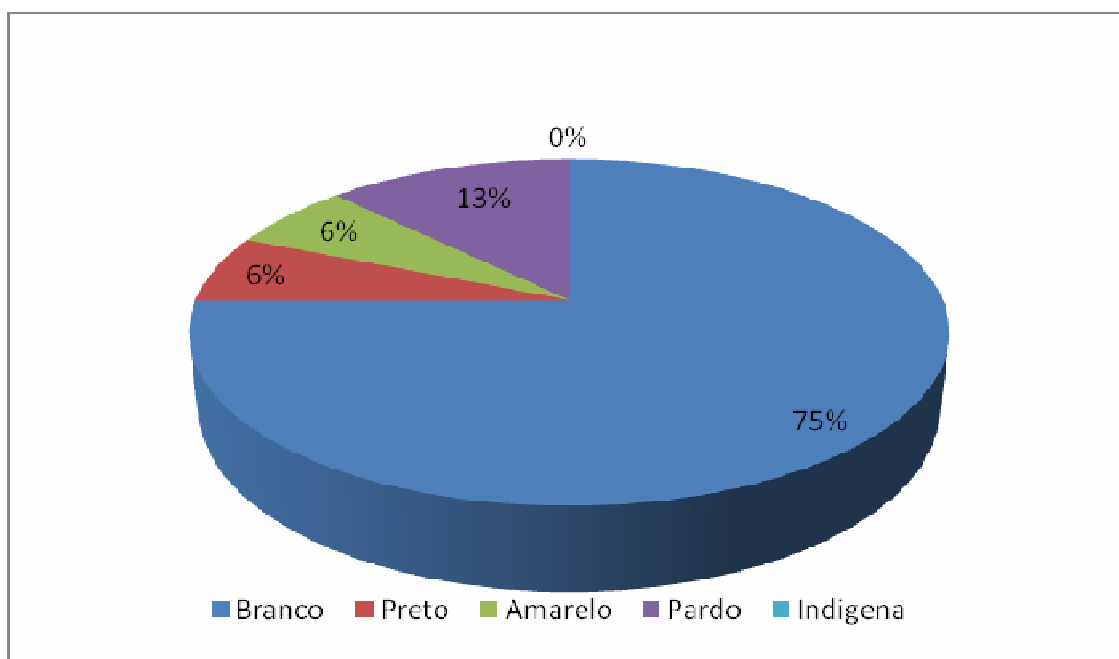
Foto: divulgação/MJ. Cerimônia de Posse do CONATRAP

#### **4.1- SEXO**



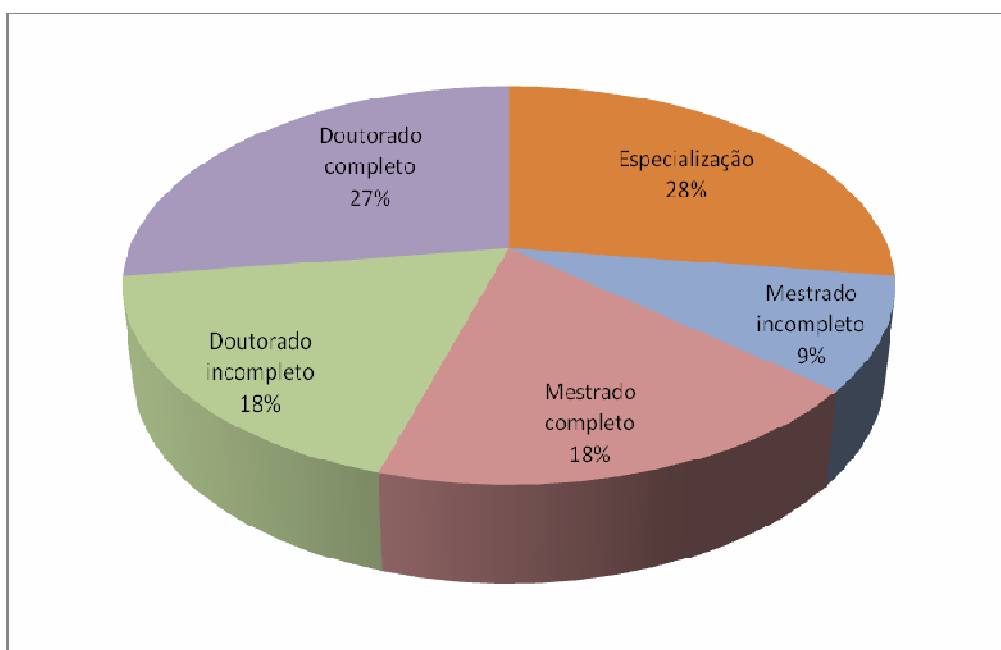
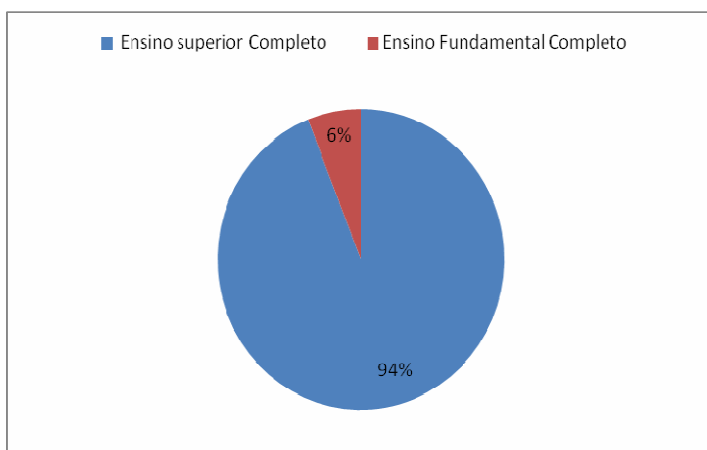
Do universo analisado dos membros do CONATRAP 69% é composto por mulheres.

#### **4.2- COR/ARAÇA**



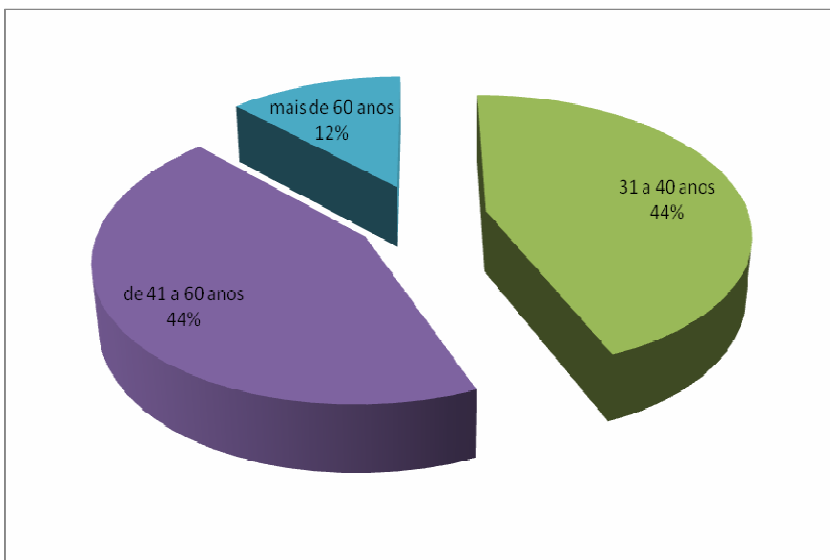
75% dos conselheiros de ambos os sexos são autodeclarados brancos. Seguidos de 13% de pardos e respectivamente 6% de pretos e 6% de amarelos (conforme nomenclatura utilizada pelo IBGE).

### 4.3- ESCOLARIDADE



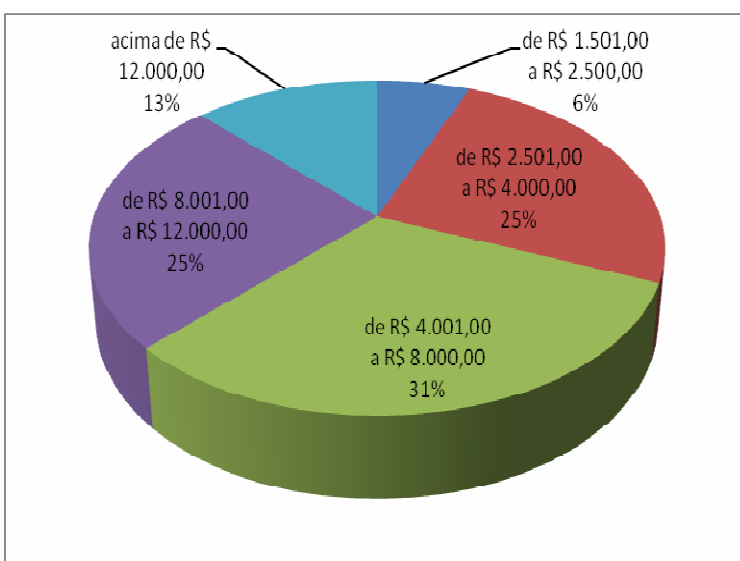
Do ponto de vista da escolaridade é possível identificar que 94% dos conselheiros tem ensino superior completo. Desse universo, 18% tem doutorado completo e 18% mestrado completo.

#### **4.4- FAIXA ETÁRIA**



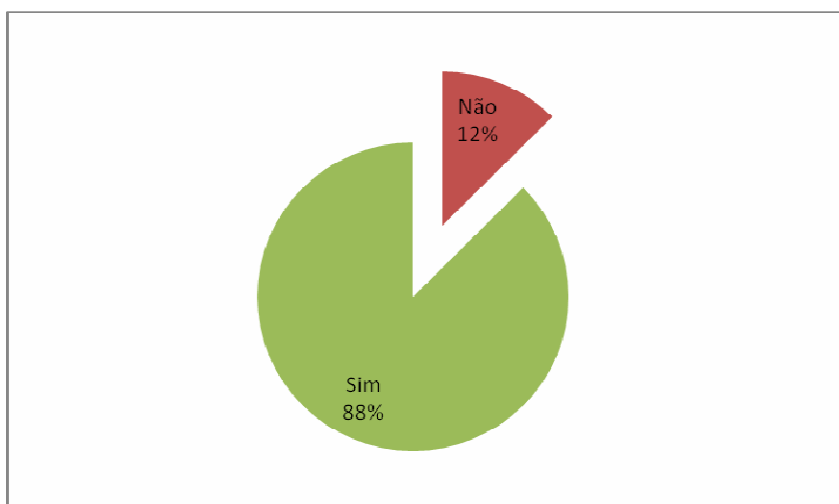
A faixa etária dos conselheiros está pulverizada. 44% estão na faixa de 31 a 40 anos; 44% na faixa de 41 a 60 anos e 12% na faixa etária acima de 60 anos.

#### **4.5- RENDA FAMILIAR MÉDIA**



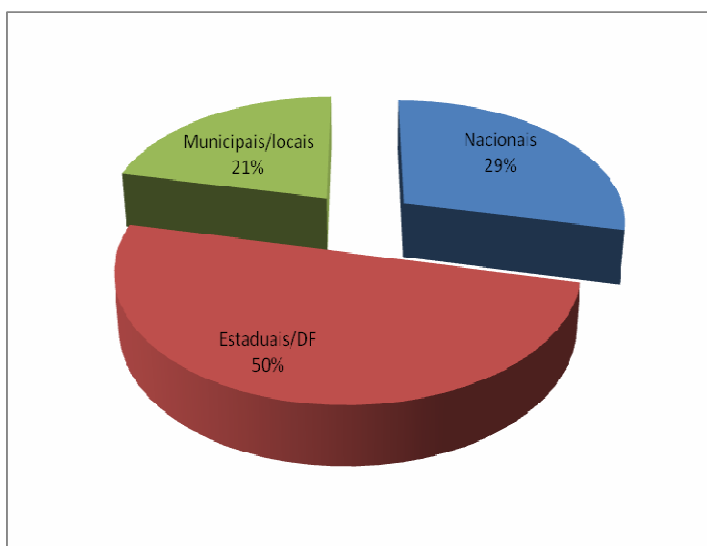


#### **4.6- PARTICIPAÇÃO EM OUTROS COLEGIADOS**



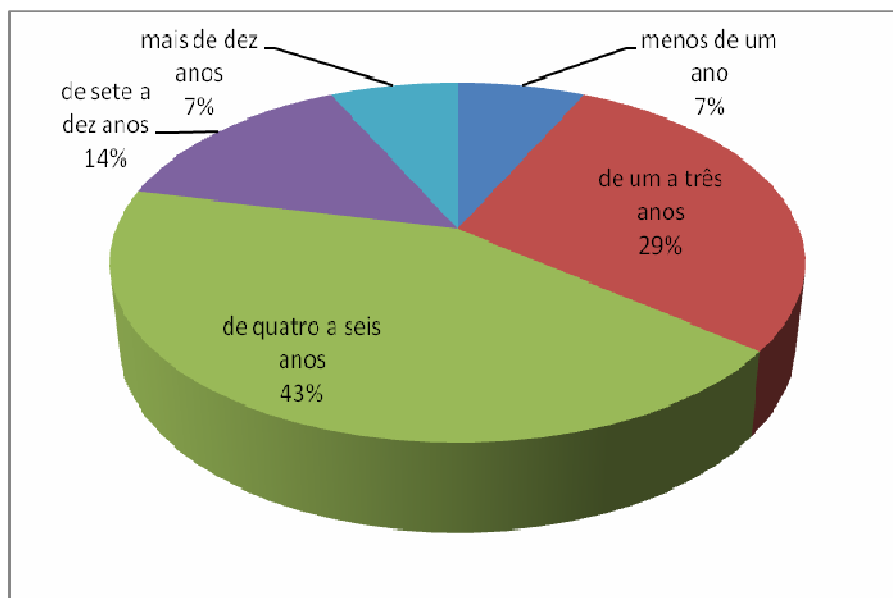
No que se refere a experiência com a participação social 88% dos conselheiros declaram que participam ou já participaram de outros colegiados de políticas públicas.

#### **4.6- NATUREZA DOS OUTROS COLEGIADOS**



50% dos conselheiros já participaram ou participam de colegiados Estaduais/DF; 21% de colegiados municipais/locais e 29% de outros Colegiados Nacionais.

#### **4.7- TEMPO MÉDIO DE PARTICIPAÇÃO NOS OUTROS COLEGIADOS**



43% dos conselheiros que declararam participar de outros colegiados de políticas públicas sejam eles estaduais municipais ou nacionais, afirmaram que o tempo médio de participação é de quatro a seis anos. 29% possuem experiência por um período de um a três anos. 14% declararam participar entre sete e dez anos. 7% declarou participar a mais de dez anos e 7% a menos de um ano.

#### **4.8- INTERESSES DEFENDIDOS NO CONATRAP**

Considerando-se que o espaço do CONATRAP é em si um lócus de representação democrática, com disputas políticas e que os conselheiros estão representando instituições de naturezas distintas e, portanto, com pontos de vistas diversos, buscou-se identificar quais os interesses que estão sendo defendidos.

##### **Pergunta aberta:**

Na sua atuação no CONATRAP, que interesses você defende *prioritariamente*?

- ❖ Mulheres;
- ❖ Discutir as vulnerabilidades e a diversidade de pessoas vítimas no tráfico de pessoas; percebo em minha experiência profissional que existe um preconceito e discriminação das autoridades quando necessitam discutir sobre prostituição, exploração. Temos que ultrapassar o discurso sobre tráfico de pessoas nos moldes machistas e sobre o olhar masculino;
- ❖ De acordo com o II Plano Nacional e também em função do trabalho que realizado há quase 20 anos no território nacional e participando de Fóruns Internacionais, tenho a missão de atuar no fortalecimento da Rede ,colaborando no diagnóstico desses coletivos além de promover a mobilização ,comunicação e portanto a necessária interlocução capaz de ampliar a Rede de Comitês com o compromisso de contribuir com a permanente capacitação de seus membros;
- ❖ Os interesses prioritários são:1) Igualdade, seja dos negros e afrodescendentes, conforme orientações do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR, e, mais especificamente a dos povos indígenas, visto que o assento que ocupamos no CNPIR está vinculado ao nosso cargo de antropóloga na Coordenação de Gênero, Assuntos Geracionais e Mobilização Social/COGEM, antiga Coordenação de Mulheres Indígenas, que está subordinada à Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania/CGPC, antiga Coordenação-Geral de Educação, na Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai;

- ❖ Atenção aos direitos das mulheres em situação de tráfico; direito dos migrantes; fortalecimento do papel da sociedade civil;
- ❖ Enfrentamento à ESCA no contexto do tráfico de pessoas;
- ❖ Enfrentamento ao trabalho escravo no contexto do tráfico de pessoas;
- ❖ Inserir o segmento “criança e adolescente” nas discussões do tema tráfico de pessoas.
- ❖ Igualdade e equidade. Enfrentamento a todo e qualquer tipo de violência. Localmente: que SC invista em seres humanos e não apenas no capital.
- ❖ Interesses ligados a atuação da Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- ❖ Garantir a voz de pessoas que vivenciaram o tráfico na elaboração e monitoramento da política de enfrentamento;
- ❖ Fortalecer a posição de trabalhadores de sexo;
- ❖ Ampliar o foco do enfrentamento ao tráfico de pessoas para os diversos setores do mercado;
- ❖ Lutar por recursos para organizações que fazem trabalho de base;
- ❖ Esteja articulada desde as demandas da sociedade civil organizada em diálogo com os órgãos públicos, para que assim seja possível direcionar a Política pública segundo as demandas regionais e localizadas;
- ❖ Propicie a autonomia, com respeito à diversidade e coletividades de modo a assegurar os direitos dos trabalhadores e conseqüentemente seus direitos humanos;
- ❖ Seja avaliada e monitorada (desde sua implementação e avaliação) enquanto política pública que visa um fim específico: a garantia de respeito à diversidade e aos direitos humanos;
- ❖ Através da articulação possa informar de modo consciente a sociedade e a comunidade universitária como formadores de opinião;
- ❖ Trabalho Escravo.
- ❖ A população Negra. Mulheres, Crianças, Homens em situação de trabalho Escravo, Comunidades Ribeirinhas, Quebradeiras de coco, Comunidades Tradicionais. Toda população em situação de vulnerabilidade Social;



- ❖ A concepção de uma segurança pública que não se limite à atuação dos órgãos policiais, sempre em diálogo com a questão do enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- ❖ Problematização do conceito de consentimento nas discussões que envolvem a problemática das migrações não documentadas em contraposição ao tráfico de pessoas; e
- ❖ Articulação Institucional.
- ❖ Estabelecer consensos mínimos para o avanço da política; ampliar a rede corresponsável pela gestão do plano nacional.
- ❖ Os interesses prioritários são: Estão relacionados aos direitos da Mulher pelo fato de representar no CONATRAP, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Pelo fato de representar no CNDM a Articulação Nacional de Mulheres Negras, minha área de defesa são as mulheres negras, pelo fato de serem as mais vulnerais no atendimento as políticas publicas, tornando-as vulnerais a situação de violência e ao trafico de pessoas. Outro ponto é o fato de morar em um estado considerado a rota do tráfico devido a sua localização com a fronteira da Guiana Francesa. E por morar na Amazônia onde os ditos “projetos desenvolvimentistas estão sendo instalados, na contramão do modo do modelo de desenvolvimento que nós moradores e moradoras da Amazônia defendemos. Estes projetos por onde passam deixam mazelas, entre elas a criação de prostíbulos para distrair os homens como é o caso do Município de Ferreira Gomes, com a Hidrelétrica, Serra do Navio e Pedra Branca, com mineração, os navios no Rio Amazônia onde meninas são trocadas por combustíveis, trabalho escravos enfim, quero defender os interesses Também das mulheres da Amazônia.

Como é possível perceber são diversos os interesses defendidos no CONATRAP, eles estão relacionados em sua maioria à defesa e visibilidade de grupos específicos como mulheres, migrantes, populações tradicionais, trabalhadoras do sexo. Alguns interesses estão relacionados ao fortalecimento e articulação da rede, a visibilidade para o tema do trabalho escravo dentre outros. Apesar da pluralidade de interesses defendidos é possível perceber que não existem interesses conflitantes entre si, mas complementares no que condizem os diversos aspectos desta política.

---

## 5- CONSIDERAÇÕES GERAIS E LIÇÕES APRENDIDAS

---

A metodologia desenvolvida para o primeiro mandato do CONATRAP apresenta uma arquitetura de participação que busca responder aos princípios, mecanismos e parâmetros derivados da experiência prática de outros colegiados nacionais e dos atores, de diferentes origens, que formam essa nova instância de participação e controle social.

Os 04 capítulos deste relatório foram produzidos a partir dos resultados do processo de instituição do CONATRAP, do desenho definido para sua estrutura organizacional e administrativa e dos acordos, encaminhamentos e produtos desenvolvidos pelo Plenário, na I Reunião Ordinária, somados a pesquisa de avaliação da percepção e das sugestões dos (as) conselheiros (as).

É possível identificar aspectos relevantes que merecem ser analisados criticamente, com o objetivo de apontar as lições aprendidas e contribuir com a melhoria sistêmica da atuação do CONATRAP.

**Sobre o processo de indicação e eleição dos membros.** O processo de formação do CONATRAP foi desenvolvido em 10 meses, contados desde a publicação do decreto de instituição do CONATRAP, em 04 de fevereiro de 2013, até a sua posse e I Reunião Ordinária, ocorridas respectivamente nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2014. O tempo destinado para a conclusão do processo foi aquele



necessário para produzir uma dinâmica transparente e garantir a mobilização pertinente para garantir legitimidade à construção desse espaço.

No âmbito desta consultoria trabalhou-se para desenvolver um método de composição que respeitasse a pluralidade dos segmentos representados e a paridade dos membros. Bem como, para produzir uma dinâmica de funcionamento compatível com os anseios de seus conselheiros, os temas urgentes da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a realidade administrativa disponível para essa instância.

Deste modo, foram realizados métodos distintos para a indicação dos representantes dos colegiados nacionais, para a eleição e indicação dos representantes da Rede de NETPs e PAAHMs e para a eleição dos representantes da sociedade civil organizada, para os institutos de pesquisa com especialistas no tema e para os representantes de Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Na etapa preparatória desse processo ressaltam-se as visitas realizadas, pela consultora aos 10 conselhos que fazem parte do CONATRAP e os diálogos realizados com a Coordenação Tripartite para a tomada decisões e validação do processo. Esse momento de diálogo prévio foi de suma importância para construção do processo eleitoral do CONATRAP e para o desenvolvimento de toda a proposta de sua arquitetura metodológica. Nessas reuniões foi possível identificar métodos eficazes de diálogo social que estão sendo adotados nesses espaços. Como o investimento em eleições realizadas em âmbito virtual e a aposta em modelos de debates que congreguem Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho e o convite e permanência de observadores externos. De modo a produzir ambientes favoráveis ao diálogo e com conteúdos melhores qualificados.

A opção por realização de uma seleção virtual para a eleição dos representantes da sociedade civil, institutos de pesquisa e Comitês Estaduais e do DF de enfrentamento ao tráfico de pessoas foi, do ponto de vista desta consultoria, muito positiva.

Primeiramente porque garantiu a participação livre de entidades que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas em todo território nacional.

Em segundo lugar, porque foi realizada com baixo custo. As eleições foram desenvolvidas em plataforma já existente no corpo da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, adaptada das eleições que ocorreram, no ano anterior, para a eleição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do Conselho de Promoção da Igualdade Racial. Essa plataforma continuará *online*, por tempo indeterminado, e poderá ser utilizada novamente para futuros processos eleitorais do CONATRAP.

Ressalta-se apenas que foram necessários 02 meses de reuniões com a equipe da tecnologia da informação para que a plataforma fosse organizada, segundo os critérios definidos no Edital de seleção. Portanto, em futuras composições este tempo de adaptação da plataforma tem que ser considerado ao se estabelecer o calendário eleitoral.

O terceiro ponto positivo desse processo é que houve uma satisfatória mobilização nacional. É preciso levar em consideração que tratou-se da primeira composição de um Comitê Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas. Política esta que possui uma tradição qualitativa na mobilização da sociedade civil organizada e de institutos de pesquisa, porém com número reduzido daquelas que trabalham com o tema: se comparados, por exemplo, com o número de entidades que lidam com questões sociais mais tradicionais, com aquelas que afetam grupos de mulheres, crianças e adolescentes, aquelas que lutam pela promoção da igualdade racial, pelo enfrentamento da fome, dentre outras.

O processo de mobilização das eleições do CONATRAP contou com 30 instituições inscritas e por diversas outras e de outros segmentos que colaboraram na sua divulgação. Na primeira etapa, 30 instituições se habilitaram e na segunda apenas 19 conseguiram cumprir os requisitos do edital, com a comprovação das atividades por meio de relatórios de trabalho. Ressalta-se que não foi exigido nenhum documento autenticado, por exemplo, que poderia incidir em custos para as organizações. Essa decisão foi, a nosso ver, de suma importância para possibilitar a participação de entidades com menos recursos.





Essa fase de habilitação no processo eleitoral evidenciou uma carência dessas entidades que merece ser registrada. Muitas organizações, com acúmulo histórico do enfretamento ao tráfico de pessoas no Brasil, relataram dificuldades com a produção e organização da documentação e, até mesmo, para enviar a documentação necessária pelos correios. No futuro, o CONATRAP deve pensar em mecanismos de apoio para que as instituições consigam habilitarem-se sem enfrentar as mesmas dificuldades para a participação no processo eleitoral.

Outro aspecto de destaque é que as instituições que participaram do processo **não** apresentaram resistência ao processo virtual. Contudo, a fase de cadastramento na plataforma virtual exigiu uma atenção especial da consultora. Algumas instituições tiveram dificuldades em cadastrar suas senhas, todas elas foram sanadas por ajuda ao telefone e o processo ocorreu de forma tranquila. Todas as entidades habilitadas foram cadastradas, no tempo previsto, e realizaram seus votos, conforme o esperado.

Em relação a percepção dos conselheiros sobre o processo eleitoral, a análise dos questionários aplicados, demonstrada no capítulo 01, evidencia uma avaliação global positiva desse processo. Alguns conselheiros apontaram a necessidade da maior divulgação do processo eleitoral, inclusive por outros meios, que não apenas o eletrônico, e a previsão de mecanismos, como a construção de uma plataforma virtual própria para que as instituições interessadas nos assentos do CONATRAP possam dialogar entre si e politizar as eleições.

Ainda sobre o processo eleitoral do CONATRAP, se faz necessário registrar alguns comentários da facilitação e elaboração de dinâmica própria para a eleição e posterior indicação dos representantes da Rede de Núcleos e Postos. Foram feitas eleições livres entre os coordenadores das instituições que fazem parte da Rede, que adotaram alguns critérios para a habilitação no processo de eleição para a representatividade no CONATRAP. Os critérios adotados envolvem, dentre outros, a indicação que o/a candidato à vaga tenha participado de, ao menos, três reuniões técnicas da Rede e que a representatividade é do indivíduo e não da instituição que ele representa na Rede. Especialmente essa segunda decisão foi tomada por meio de um longo período de debates que não conseguiu ser deliberada por meio do consenso. Do ponto de vista da consultoria os critérios acordados são os mais

efetivos porque asseguram uma representatividade que não apenas conheça a realidade local dos Núcleos e Postos, como a dinâmica e as necessidades gerais dessa Rede Nacional.

A Rede de Núcleos e Postos esteve, durante todo o processo de instituição do CONATRAP, participativa e colaborativa, inclusive estimulando os Comitês Estaduais a participarem do processo eleitoral, representando este segmento. Se levarmos em consideração que não temos uma rede de interlocução entre essas instâncias fortalecida no território nacional a habilitação dos comitês dos Estados de São Paulo (eleito), Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso foi considerável. Porém, nas futuras composições do CONATRAP novos arranjos de mobilização desse segmento deverão ser feitos, de modo a garantir maior participação das outras unidades federadas.

**Sobre a estrutura organizacional e administrativa.** A proposta de estrutura organizacional para o CONATRAP foi desenvolvida com base na literatura a participação social no Brasil e com base na experiência narrada por secretários (as) executivos (as) e presidentes dos 10 colegiados que fazem parte de sua composição. As Comissões Permanentes e os Grupos de Trabalho definidos pelo plenário estão, do ponto de vista da consultoria, inteiramente de acordo com o modelo pensado e apresentado no “Desenho da metodologia para o funcionamento do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a partir do diálogo com os atores sociais relevantes e interessados no Comitê, incluindo a previsão de existência de Grupos de Trabalho”, Produto 02 desta consultoria.

Do mesmo modo, destaca-se a deliberação pela realização de reuniões descentralizadas de Brasília como muito positivas. Há uma possibilidade que essas reuniões colaborem para empoderar as redes e políticas locais. A realização das reuniões em turnos de três dias consecutivos, igualmente, tende a ser uma estratégia positiva de otimização de recursos humanos e financeiros e para promover maior interação entre os conselheiros.

Do ponto de vista da percepção dos conselheiros da estrutura organizacional e administrativa adotada no CONATRAP é possível perceber que os conselheiros



mostraram-se satisfeitos com o modelo deliberado. Porém, há uma ansiedade quanto a efetividade do arranjo e quanto a estrutura administrativa disponível para garantir o bom funcionamento deste espaço. Algumas colocações foram apresentadas para o aprimoramento dessa estrutura e da dinâmica das reuniões. Como a definição e publicização de orçamento específico para que o próprio CONATRAP possa organizar suas atividades e o investimento em reuniões periódicas das Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho, para além das reuniões realizadas nos períodos da Reunião Ordinária e a previsão de reuniões separadas dos segmentos da sociedade civil organizada e do governo. Destacam-se ainda as preocupações quanto a estrutura de uma secretaria executiva própria, a construção de dinâmicas menos burocratizadas, que garantam a colaboração na construção das pautas e na aposta de canais de comunicação mais ágeis.

**Sobre os debates e encaminhamentos da metodologia proposta.** Muitas decisões quanto aos temas prioritários da atuação do CONATRAP e do modelo de estrutura organizacional foram tomadas logo em sua I Reunião Ordinária. Reunião esta que a consultoria participou da elaboração de cada momento, identificando temas importantes para promover de forma eficaz um primeiro contato dos conselheiros entre si, nesta posição, considerando, os diversos pontos de vista inerentes à natureza das instituições representadas. Cinco momentos da I Reunião foram conduzidos de modo a facilitar o processo de tomadas de decisões quanto a estrutura funcional do CONATRAP.

O primeiro deles foi a apresentação da metodologia, em que foram esclarecidos os procedimentos adotados para a composição do CONATRAP. A realização desse momento foi, do ponto de vista da consultoria, muito positiva. Os conselheiros, em sua maioria, estiveram envolvidos com os processos próprios dos seus segmentos e não tiveram conhecimento dos detalhes dos outros processos que desencadearam nas indicações e eleições dos seus pares. Esse foi o momento de esclarecimento de dúvidas e de fornecimento de insumos para que o questionário de avaliação desse processo.

A segunda atividade desenvolvida foi a dinâmica para a harmonização de expectativas. Esse foi um momento rico, pois propiciou o debate sobre limites e possibilidades do espaço e produziu apontamentos sobre quais os reais produtos que o CONATRAP deverá entregar para a sociedade, numa perspectiva de ações

possíveis de serem concretizadas. O que contribuiu, para a elaboração do seu Planejamento Estratégico. O momento também foi importante porque evidenciou pontos de maior necessidade de atenção tanto do CONATRAP, quanto das instituições que ali estão representadas.

Nesta atividade foi previsto que o CONATRAP desenvolvesse um contrato simbólico do grupo com relação aos compromissos e condutas antes, durante e depois das reuniões. De modo a promover um ambiente respeitoso e produtivo. A atividade não foi acatada pelo grupo, apesar da proposta ter sido apresentada até o final.

Um ponto deficitário no desenvolvimento dessa atividade foi o seu momento de realização, o grupo estava visivelmente cansado, porque a atividade foi desenvolvida no final de um dia com palestras desde a manhã. Certamente não houve paciência do grupo para o efetivo envolvimento com a atividade proposta. Outra problemática da atividade foi que não houve consulta previa sobre a necessidade da sua realização e do modelo em que ela se desenvolveria. O que não foi possível de ser realizado tendo em vista que a atividade se desenvolveu na primeira reunião, da primeira composição do CONATRAP e que ainda não existiam canais efetivos para a promoção de consultas e o diálogo prévio e que alguns dos conselheiros somente foram formalmente indicados pelos seus órgãos de origem com poucos dias de antecedência da I Reunião Ordinária.

Alguns conselheiros entenderam a iniciativa como uma atividade impositiva de padrões de comportamento por parte do Governo Federal, o que em nenhum momento foi a intenção, sendo esta a sugestão da própria consultora, baseada em sua experiência profissional com espaços de participação social.

A quinta atividade realizada para facilitar o processo decisório foi a oficina de Planejamento Estratégico. Do ponto de vista da consultoria, o objetivo de realizar um planejamento estratégico com os conselheiros foi alcançado e deixou legado para orientar o trabalho do CONATRAP.

Do ponto de vista metodológico do desenvolvimento do Planejamento Estratégico, considera-se que o tempo determinado para a realização da atividade foi insuficiente e que tamanha reflexão precisaria de uma duração de, ao menos, um dia inteiro para ser realizada com mais tranquilidade. O que provavelmente



produziria um produto mais consistente. Avalia-se que os debates dos grupos temáticos e o conteúdo do Planejamento são positivos, mas que este ainda precisa de ajustes, especialmente quanto a sua redação. Existem textos que estão com interpretações dúbias, o que não é recomendado para esse tipo de documento. Recomenda-se à “Comissão Permanente de Produção e Disseminação do Conhecimento” que, o quanto antes, revise a redação do texto e ao Plenário, que em um ano, faça uma avaliação do documento de modo a ajustá-lo às dinâmicas e a realidade do CONATRAP no seu primeiro ano de atividades, para orientar os trabalhos que serão desenvolvidos no ano seguinte.

No que se refere ao perfil dos conselheiros, apresentado no último capítulo deste relatório a partir da análise dos dados coletados por meio do *survey* aplicado foi possível traçar o perfil destes representantes.

Como é possível perceber nos gráficos apresentados, o CONATRAP tem uma composição majoritariamente feminina, representando 69% do universo total de seus membros. 75% de seus representantes, de ambos os sexos, são autodeclarados brancos. Apenas 6 % são declarados pardos e 6% pretos. (Essas categorias são as utilizadas pelo IBGE).

A identificação do perfil do CONATRAP tem a dupla função, de tornar conhecidas as características sociais e de participação dos seus conselheiros e de identificar atores e perfis não representados nesse arranjo. Como, por exemplo, não há representatividade de conselheiros autodeclarados indígenas. Bem como, há uma baixa representatividade de negros e pardos, comparados aos conselheiros autodeclarados brancos e a ausência de conselheiros jovens, não há, por exemplo, membros com menos de 31 anos.

No que se refere à representatividade em outros espaços, 88% dos conselheiros declararam que participam ou já participaram de outras instâncias de participação social. Era esperado que ao menos 41% dos conselheiros fossem membros de espaços similares. Tendo em vista que essa é a proporção da representação dos membros oriundos dos 10 Colegiados Nacionais que compõem o CONATRAP e daquele que representa o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A maior proporção, ou seja, 43% desse universo, apresenta uma atuação de 4 a 6 anos. O que evidencia que o CONATRAP tem um perfil de membros experientes com dinâmicas de colegiados de políticas públicas. Sejam eles, nacionais, estaduais ou municipais. Por um lado, isso é positivo porque demonstra que existe um acúmulo e costume com rotinas de reuniões e familiaridade com instrumentos e procedimentos inerentes ao espaço, mas por outro, essa característica pode influenciar com que haja uma resistência ao desenvolvimento de dinâmicas próprias ao CONATRAP.

Finalmente é preciso destacar a relevância desta avaliação, ainda que principais dinâmicas tenham se desenvolvido numa única reunião, o que impede uma avaliação da efetividade da metodologia adotada.

O registro aqui reunido certamente poderá contribuir para apontar alguns desafios relevantes para a continuidade dos trabalhos do CONATRAP e, especialmente, para uma segunda edição do processo eleitoral e para a avaliação da implementação Planejamento Estratégico e da dinâmica de funcionamento desenvolvida no seu primeiro mandato. Seguem, portanto, algumas recomendações deste mandato para desenhos metodológicos futuros:

- I- Inicie o processo eleitoral com um tempo mínimo de 06 meses para o fim do mandato da gestão atual;
- II- O processo de eleições virtuais foi um modelo exitoso e pode ser aprimorado no futuro;
- III- Estimule a criação de um Grupo de Trabalho de conselheiros que irão definir os parâmetros do processo.
- IV- Preveja a Criação de uma plataforma virtual para que instituições interessadas possam lançar e defender suas candidaturas. A utilização do Portal <<http://www.participa.br>>, apresentada na I Reunião Ordinária do CONATRAP, como ferramenta disponível ao Comitê, pode ser útil nas próximas eleições, para garantir a interlocução dessas instituições.



- V- Busque desenvolver método de auxílio às organizações que apresentarem dificuldades para apresentação da documentação necessária há habilitação no processo eleitoral;

## **ANEXOS**

Questionário de avaliação da metodologia.

Edital do processo eleitoral.

Fixas de avaliação da Comissão Eleitoral.

Atas do Processo Eleitoral.

*[Handwritten signature]*